



O PAPEL DO CAPITAL FINANCEIRO NA EMERGÊNCIA
DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL (1888-1913)

Análise da Economia Política Brasileira

Banca Examinadora:

Prof. Orientador: _____

Prof. _____

Prof. _____

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

8

JOSÉ NIVALDO GOMES CORDEIRO

O PAPEL DO CAPITAL FINANCEIRO NA EMERGÊNCIA DO
MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL
(1888-1913)

Análise da Economia Política Brasileira

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
da Escola de Administração de Empresas de São Paulo,
da Fundação Getúlio Vargas. Área de Concentração:
Economia de Empresas, como requisito para obtenção
do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Martins



São Paulo
1986

Í N D I C E

	PÁG.
I - INTRODUÇÃO	07
II - ASPECTOS TEÓRICOS DO CAPITAL FINANCEIRO	
1- O Conceito de Capital Financeiro	11
2- A Periodização do Capital Portador de Juros	17
3- Estrutura Financeira x Estrutura Econômica	21
4- Política Monetária e Capital Financeiro	24
III - O CAPITAL FINANCEIRO NA EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO NO BRASIL: AS VISÕES ALTERNATIVAS	
1- Introdução	27
2- Antecedentes Históricos do Capital Financeiro no Brasil	31
3- A Dialética do Capital Financeiro: Condição de Expansão do Comércio e Entrave ao Desenvolvimen <u>to</u> Capitalista Nacional	35
3.1- Rui Barbosa e o Encilhamento	39
3.2- Murtinho e o Funding Loan	69
3.3- O Acordo de Taubaté e o Programa de Sustenta <u>ção</u> do Café	92
IV - CONCLUSÕES	109
BIBLIOGRAFIA	112

A Maroli.

Ela sabe porque ...

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos professores do Departamento de Economia da EAESP/FGV, tanto pelo convívio em sala de aula, como pelas discussões que nunca se furtaram a fazer sobre economia brasileira e que contribuíram grandemente para a minha formação.

Ao Professor Luiz Carlos Bresser Pereira tenho o débito especial de ter sido ele o orientador da primeira fase de minha pesquisa, que por razões alheias a nossa vontade não pode prosseguir até o seu final. Os diversos cursos por ele ministrados e a sua paciência em discutir o projeto inicial e o seu vasto conhecimento da realidade brasileira ajudaram muito em meu trabalho.

Não é mensurável a contribuição do Professor José Antonio Martins, orientador da maior parte do desenvolvimento desse trabalho, a quem devo inúmeras horas de atenção e discussão, nas quais usufrui muito de seus conhecimentos. Suas sugestões e críticas foram de grande valia, razão pela qual quero registrar de público o meu agradecimento.

Aos colegas do programa de mestrado e doutorado da EAESP/FGV sou muito grato pelo estimulante e profícuo ambiente acadêmico. Em especial a Luiz Eduardo Potsch, Tania Maria Limeira, Ar

thur Barrionuevo Filho, Cláudia Fuser, José Márcio Rego, Luiz Alberto Hanns, Roberto Assunção, Marcos Alban Suarez e Eugênio Barão Pereira, com quem tive o raro prazer de conviver de maneira mais próxima, beneficiando-me de suas inteligentes observações.

Tenho dívida especial com Luiz Eduardo Potsch e Arthur Barrionuevo Filho, pois o constante estímulo e convívio na FIAM é que me permitiram a conclusão deste trabalho.

Sem o apoio e a solidariedade de Luiz Roberto Wojciechowski e demais companheiros do DECRE do Banco Boavista este trabalho não teria sido realizado.

A Gisa e Luciana, pelo sacrifício da renúncia de minha presença e pelo carinho e compreensão nas horas de angústia, sem os quais não teria prosseguido, o meu mais profundo reconhecimento.

JOSÉ NIVALDO GOMES CORDEIRO

I - INTRODUÇÃO

Discutir o problema do capital financeiro na formação dos estágios iniciais do modo capitalista de produção no Brasil: eis a problemática que esta monografia se dispõe a enfocar.

Discutir o capital financeiro é, paralelamente, discutir o Estado e o seu controle pelos diversos segmentos sociais que, frequentemente, possuem interesses antagônicos.

A revisão da literatura sobre o tema é a tarefa a que se propõe este trabalho. Curiosamente, raras são as obras disponíveis que têm como tema central de suas pesquisas a questão do capital financeiro, mesmo que não necessariamente nos estágios iniciais do capitalismo nacional.

Não é de surpreender, portanto, que neste trabalho tenha-se privilegiado a polêmica Furtado X Peláez acerca da formação da sociedade brasileira. Este debate, cujo fulcro está na análise dos primeiros governos republicanos e suas políticas, coloca em foco a questão do capital financeiro e o seu papel no desenvolvimento/subdesenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Isto porque Peláez foi o primeiro escritor neoclássico a construir um edifício teórico consistente para a explicação do desenvolvimento capitalista brasileiro (diria ele desenvolvimento industrial), que nega frontalmente as teses centrais da CEPAL e de Celso Furtado, bem como as linhas de argumentação das variantes de esquerda que a crítica cepalina logrou desenvolver desde meados

dos anos sessenta.

Peláez assume importância também porque procura, ao analisar as políticas monetárias dos primeiros governos republicanos, relacionar o atraso relativo do capitalismo brasileiro à chamada ortodoxia monetária que vigorou na maior parte dos governos republicanos até 1945. Assim, dentro da linguagem e do método neoclássico, apresenta como preocupação central de suas pesquisas a questão do capital financeiro relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas.

O que surpreendeu ao longo desta pesquisa, todavia, foi o alheamento a que foram relegadas as principais contribuições teóricas de Peláez por parte dos escritores ditos "de esquerda". Há, na maior parte dos trabalhos, citações deste autor, mesmo porque o estudo dos dados primários do período por ele elaborado é referência obrigatória para qualquer estudioso da infância do capitalismo no Brasil. Contudo, as suas análises, as suas teses, nem são aceitas nem criticadas, numa palavra, são ignoradas como se as questões ali colocadas não se revestissem de importância basil

Ao lado das contribuições de Peláez, há um conjunto de trabalhos publicados pelo IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (as referências estão no item III desta monografia) que contribuíram decisivamente para a elucidação da problemática que se procura aqui estudar. Dentre estes, destacam-se, pela ordem, os trabalhos de Maria Bárbara Levy, Eulália Maria Lahmeyer Lobó e

Paulo Neuhaus, todos eles com contribuições originais para a com
preensão do capitalismo emergente no Brasil. Sobretudo a Maria
Bárbara Levy, que contribuiu decisivamente para elucidar o papel
da Bolsa de Valores nos estágios iniciais do desenvolvimento bra
sileiro. Após a leitura de seu trabalho, por exemplo, percebe-se
quão pouco até a sua pesquisa se compreendia sobre o Encilhamento,
fenômeno fundamental para a compreensão dos primeiros atos da Re
pública.

Finalmente, o resultado da revisão bibliográfica levou
à aceitação, em parte, da crítica que se fez à CEPAL por dois au
tores, João Manual Cardoso de Mello e Francisco de Oliveira. O
primeiro, ao propor uma periodização alternativa à da CEPAL, permi
tiu o desenvolvimento de uma nova maneira de pensar a história eco
nômica do Brasil; o segundo, pela mais consistente e completa aná
lise da emergência do capitalismo no Brasil, por explicitar as for
mas contraditórias que assumiram as relações de produção internas
e a sua relação com o capitalismo mundial. O trabalho de Francis
co de Oliveira, nesse sentido, é talvez o mais importante estudo
da economia brasileira do período.

Esta monografia está dividida em duas partes. A primei
ra (item II), na qual discute-se os aspectos teóricos do capital
financeiro, apresentando a argumentação das duas correntes de pen
samento sobre esta questão: a original de Marx e a revisão propos
ta por Hilferding. Aqui opta-se pela visão teórica de Marx. A se
gunda, a parte mais longa desta monografia, apresenta o resultado
da leitura da literatura de interesse sobre o tema estudado, com

o destaque para as teses mais importantes de cada um dos autores. Evidentemente que a narrativa foi elaborada de uma postura crítica e nem sempre pode-se utilizar de uma linguagem menos contundente. Contudo, o objetivo é a discussão e sempre pautou-se, ao longo desta pesquisa, por um interesse de buscar aquelas idéias que aparentemente estavam em maior consonância com a realidade dos fatos. Algumas expressões mais duras podem ser creditadas ao estilo do autor e ao calor da discussão de temas tão polêmicos.

Finalmente, no item IV alinharam-se as principais conclusões a que se chegou.

II - ASPECTOS TEÓRICOS DO CAPITAL FINANCEIRO

1 - O CONCEITO DE CAPITAL FINANCEIRO

Existem dois conceitos antagônicos de capital financeiro. O conceito desenvolvido por Marx no Livro III de O Capital e aquele desenvolvido por Hilferding em sua obra O Capital Financeiro. Embora Hilferding parta do paradigma de análise marxista e seja, sem sombra de dúvidas, um dos mais influentes intelectuais marxistas do século XX, ele desenvolveu um conceito próprio de capital financeiro que, além de antagônico como o de Marx, sem dúvidas revela uma concepção da sociedade burguesa bem distinta daquela elaborada por Marx.

O conceito de capital financeiro a ser adotado nesse trabalho é o de Marx. A seguir procurarei expor este conceito em contraposição ao de Hilferding na tentativa de justificar a opção.

A concepção de Marx acerca do capital financeiro foi desenvolvida a partir de sua teoria do dinheiro, do dinheiro como equivalente geral⁽¹⁾. Esta concepção leva Marx a constatar a existência de funções técnicas para o capital-dinheiro, que se torna especialização de uma fração do capital social total. Em suas palavras:

(1) BRUNHOFF, Suzanne. A Política Monetária - Um Ensaio de Interpretação Marxista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pág. 109.

"Os movimentos puramente técnicos que o dinheiro realiza no processo de circulação do capital industrial e (...) do capital do comércio de mercadorias (já que este assume parte do movimento de circulação do capital industrial como seu movimento próprio e particular) — esses movimentos autonomizados como função de um capital específico que os executa, e só eles, como operações que lhe são peculiares, transformam este capital em capital de comércio de dinheiro. Parte do capital industrial, e mais exatamente também do capital de comércio de mercadorias, não só existiria continuamente em forma-dinheiro, como capital monetário em geral, mas como capital monetário que está envolvido nessas funções técnicas. Do capital global se separa agora e se autonomiza determinada parte em forma de capital monetário, cuja função capitalista consiste exclusivamente em executar para toda a classe dos capitalistas industriais e comerciais essas operações. Assim como no caso do capital de comércio de mercadorias, parte do capital industrial, existente no processo de circulação na forma de capital monetário, se separa e executa essas operações do processo de reprodução para todo o capital restante. Os movimentos desse capital monetário são, portanto, por sua vez, apenas movimentos de uma parte autonomizada do capital industrial empenhado em seu processo de reprodução".⁽²⁾ (Grifos meus).

(2) MARX, Karl - O Capital: Crítica da Economia Política. Vol. III. Tomo I. São Paulo, Abril, 1983, pág. 237.

Marx afirma categoricamente que estas funções técnicas são "um custo de circulação, não um trabalho criador de valor" (3).

Outra parte de grande importância a destacar do pensamento de Marx é a relação que ele estabelece entre o "sistema de crédito" (diríamos hoje "sistema financeiro") e o capital industrial. Em suas palavras:

"Se nos atemos ao conteúdo real daquelas obras, que acompanham e promovem, no plano teórico, a formação do moderno sistema de crédito na Inglaterra, nada mais encontraremos nelas do que a exigência de subordinação do capital portador de juros e, em geral, dos meios de produção suscetíveis de empréstimos ao modo de produção capitalista, como uma de suas condições". (4)

A visão de capital financeiro desenvolvida por Marx engloba os diferentes tipos de instituições: o sistema bancário, a bolsa de valores, as sociedades por ações e mesmo os créditos comerciais recíprocos que capitalistas industriais e comerciais se concedem mutuamente.

Ao mesmo tempo que Marx afirma que "o sistema de crédito acelera (...) o desenvolvimento material das forças produtivas"

(3) MARX, Karl - O Capital. Vol. III, Tomo 1, pág. 238.

(4) MARX, Karl - O Capital, Vol. III, Tomo 2, pág. 115.

(5), ele constata o caráter "fictício" que a maior parte dos títulos de crédito assume, no sentido de existirem paralelamente ao capital real e de representarem meros direitos sobre a produção.

"Todos estes papéis", afirma Marx, "representam de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre a produção futura, cujo valor monetário ou valor-capital ou não representam capital algum, como no caso da dívida pública, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representam".(6)

A análise de Marx sobre o capital financeiro está estreitamente ligada à análise que ele faz das crises capitalistas e foge ao escopo deste trabalho a exposição detalhada da conexão destes fenômenos.(7)

Em síntese, para Marx, "o capital financeiro é capital-dinheiro, isto é, uma fração do capital total, mas é capital-dinheiro funcionando de modo "autônomo", com o fim de assegurar o financiamento das operações capitalistas".(8)

A concepção de Hilferding é antagônica àquela que expõe

(5) MARX, Karl - O Capital, Vol. III, Tomo 1, pág. 335.

(6) MARX, Karl - O Capital, Vol. III, Tomo 2, pág. 13.

(7) Sobre este tema, ver: BRUNHOFF, Suzanne - A Moeda em Marx, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 2ª parte.

(8) BRUNHOFF, Suzanne. A Moeda em Marx, pág. 77.

mos acima. O pressuposto da teoria de Hilferding é oposto à de Marx na medida em que ele afirma que há dependência da indústria em relação ao capital financeiro.

"A dependência da indústria em relação aos bancos", afirma Hilferding, "é consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro, ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário — de capital rendoso — e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e (utilizado) pelos industriais".⁽⁹⁾

(9) HILFERDING, Rudolf - O Capital Financeiro, São Paulo, Abril, 1985, pág. 219.

Mais à frente:

"Essa é a síntese do capital de usura e bancário que se apropria, num grau infinitamente superior do desenvolvimento econômico, dos frutos da produção social".⁽¹⁰⁾

A adoção das idéias de Hilferding implica: 1) a negação da especialização do capital financeiro como fração do capital social total exercendo funções "técnicas"; 2) A negação de que o capital financeiro está subordinado ao capital industrial; 3) A aceitação da periodização: acumulação primitiva, capitalismo clássico (analisado por Marx) e capitalismo financeiro e imperialismo. Marx, ao contrário, periodizou o capitalismo apenas em "fase de subsunção formal" e "fase de subsunção real".⁽¹¹⁾

Pelo exposto, podemos concluir que a teoria de Hilferding é revisionista em pontos cruciais da teoria de Marx e em certo sentido é a sua negação. O próprio Lênin, que foi talvez o maior divulgador das idéias de Hilferding, reconhece um "erro" em sua teoria do dinheiro e "uma certa tendência de conciliar o marxismo e o oportunismo".⁽¹²⁾

Curiosamente, a obra de Hilferding logrou obter uma enor

(10) HILFERDING, Rudolf - O Capital Financeiro, pág. 220.

(11) MARX, Karl - Capítulo VI Inédito de O Capital, São Paulo, Moraes, 1985, pág. 87 e seguintes.

(12) LÊNIN - Oeuvres Choiesies, Moscou, 1948, pág. 847, citado em BRUNOFF, Suzanne, A Política Monetária, pág. 94.

me influência no pensamento marxista do século XX. Todos os autores que partem do argumento do capital monopolista são caudatários das idéias originais de Hilferding e, por isso mesmo assumem um caráter revisionista e reformista. Dentro da linha de argumentação de Marx, penso que tão redundante quanto dizer capitalismo industrial é dizer capitalismo monopolista.

2 - A PERIODIZAÇÃO DO CAPITAL PORTADOR DE JUROS

Marx periodiza o capital portador de juros em capital usurário (período pré-capitalista) e capital financeiro (correspondente ao capitalismo).

"O capital portador de juros", diz Marx, "ou como podemos denominá-lo em sua forma antiga, o capital usurário, pertence, com seu irmão gêmeo, o capital comercial, às formas antediluvianas do capital, que por longo tempo precedem o modo de produção capitalista e se encontram nas mais diversas formações econômicas da sociedade".⁽¹³⁾

Mais adiante:

"O capital usurário como forma característica do capital portador de juros corresponde ao predomínio da pequena produção, dos camponeses que trabalham para si mesmos e

(13) MARX, Karl - O Capital. Livro III, Tomo 2, pág. 107.

dos pequenos mestres-artesãos".⁽¹⁴⁾

"A usura centraliza fortunas em dinheiro, onde os meios de produção estão dispersos. Ela não altera o modo de produção, mas suga-o como parasita e o torna miserável. Ela o esgota, enerva e força a reprodução a prosseguir em condições cada vez mais lastimáveis. Daí, portanto, o ódio popular contra a usura, mais intensamente no mundo antigo, onde a propriedade dos meios de produção pelo produtor é ao mesmo tempo a base das relações políticas da autonomia do cidadão".⁽¹⁵⁾

"A função do dinheiro como meio de pagamento"⁽¹⁶⁾ (...) é o verdadeiro, o grande e peculiar terreno da usura".⁽¹⁷⁾

Com o advento do capitalismo, surgiu a necessidade de criação de novas formas para o capital portador de juros, compatíveis com o novo modo de produção. Afirma Marx:

"O desenvolvimento do sistema de crédito se completa como reação contra a usura (...). Isto significa nem mais

(14) MARX, Karl - O Capital. Livro III, Tomo 2, pág. 108.

(15) MARX, Karl - O Capital. Livro III, Tomo 2, pág. 108.

(16) Sobre a análise do dinheiro e suas diversas funções, ver: MARX, Karl, Contribuição à Crítica da Economia Política, São Paulo, Martins Fontes, 1983, pág. 71 e seguintes; O Capital. Livro I, Tomo 1, pág. 87 e seguintes.

(17) MARX, Karl - O Capital. Livro III, Tomo 2, pág. 111.

nem menos a subordinação do capital portador de juros às condições e necessidades do modo de produção capitalista". Mais à frente: "Em geral, o capital portador de juros no moderno sistema de crédito adapta-se às condições da produção capitalista".(18)

Completa Marx:

"O que distingue o capital portador de juros, na medida em que este constitui um elemento essencial do modo de produção capitalista, do capital usurário, não é de modo algum a natureza ou o caráter desse capital. São apenas as condições modificadas em que funciona e portanto também a figura totalmente transformada do mutuário que confronta o prestanista de dinheiro". (19)

O sistema de crédito, o capital financeiro, rompe com o cerceamento imposto pela usura aos modos de produção onde veio a prevalecer. O sistema de crédito surgido no capitalismo potencia a acumulação, a reprodução ampliada que é a própria lógica em que se move o capital.

"Essa luta violenta contra a usura", relata Marx, "essa exigência de subordinar ao capital industrial o capital

(18) MARX, Karl - O Capital, Livro III, Tomo 2, pág. 111.

(19) MARX, Karl - O Capital, Livro III, Tomo 2, pág. 112.

portador de juros é apenas o prenúncio das criações orgânicas, que produzem essas condições da produção capitalista no moderno sistema bancário, o qual, por sua parte, despoja o capital usurário de seu monopólio, ao concentrar todas as reservas monetárias ociosas e lançá-las no mercado monetário (...)" (20)

Para Marx, o capital portador de juros no capitalismo, organizado e centralizado no sistema de crédito, historicamente apresenta esta forma porque há:

"I - Necessidade da formação do mesmo para mediar a equalização da taxa de lucro ou o movimento dessa equalização, sobre o qual repousa toda a produção capitalista.

II - Diminuição dos custos de circulação.

III - Formação de sociedades por ações. Com isso:

1- Enorme expansão da escala de produção e das empresas, que era impossível para capitais isolados (...)

2- O capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos

(20) MARX, Karl - O Capital. Livro III, Tomo 2, pág. 114.

diretamente associados) em antítese ao capital priva
do, e suas empresas se apresentam como empresas so
ciais em antítese às empresas privadas.(...)

- 3- Transformação do capitalista realmente funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. (...) Nas sociedades por ações, a função é separada da propriedade de capital, portanto também o trabalho está separado por completo da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho." (21)

3 - ESTRUTURA FINANCEIRA X ESTRUTURA ECONÔMICA

Uma visão interessante e útil aos propósitos deste trabalho foi desenvolvida por Maria Bárbara Levy (História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro). Ela constata que o sistema financeiro está mergulhado numa totalidade mais vasta, o sistema econômico. A partir disso, define ela estrutura financeira e intermediação financeira.

"A estrutura financeira", diz Levy, "é tomada (...) como

(21) MARX, Karl - O Capital. Livro III, Tomo 1, pág. 331 e 332. Sobre a separação entre o controle e a propriedade dos meios de produção, a monografia em elaboração por Arthur Barrionuevo Filho (Propriedade Acionária e Controle Administrativo no caso Brasileiro: Estudo Preliminar) procura estudar o fenômeno no período 1955/1980. Este trabalho será apresentado como Dissertação de Mestrado na EAESP/FGV.

o conjunto das relações de financiamento. Esse conceito envolve as relações de endividamento entre os agentes econômicos, as quais alteram a estrutura apropriativa da economia. Assim definido, o conceito compreende não só as inter-relações de bens e transações financeiras, mas também sua influência sobre o comportamento real da economia. De um lado, têm-se as unidades econômicas superavitárias e, de outro, as unidades deficitárias, conforme o volume de seus gastos correntes em comparação a suas rendas correntes.

"(...) A evolução das relações financeiras é acompanhada pelo aparecimento e gradativa complexidade dos instrumentos e instituições de intermediação. (...) As diferentes instituições de intermediação financeira tendem a um aperfeiçoamento progressivo no sentido de permitir que o endividamento entre os diferentes setores se processe segundo níveis crescentes de eficiência, tanto no plano alocativo, quanto operacional." (22)

Como veremos no capítulo seguinte, a história econômica brasileira é marcada por fenômenos singulares. O capitalismo surgiu na Europa e em sua expansão gerou as condições para o nascimento da economia brasileira. Embora fruto da expansão do capitalismo, as relações econômicas aqui estabelecidas foram de caráter es

(22) LEVY, Maria Bárbara - História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, IBMEC, 1977, pág. 6.

cravista, portanto pré-capitalistas.

Do ponto de vista financeiro, embora no século XIX as relações de produção vigentes no Brasil fossem pré-capitalistas, existiam já operantes dois tipos de instituição financeira próprias do capitalismo desenvolvido — bancos comerciais e bolsa de valores — em virtude dos vínculos da economia com o mercado mundial, de mercadorias e de capitais.

O advento da Abolição e da República, o primeiro sendo o marco institucional para a criação do mercado de trabalho "livre" e o segundo para adaptar o corpo jurídico do Estado e a própria ação do Estado em consonância com o novo modo de produção emergente, de certa maneira adequou a estrutura financeira às novas relações de produção. É apenas nesse sentido que podemos compreender as seguintes palavras de Levy:

"(...) através da interação que a estrutura financeira e a econômica estabelecem entre si, foi necessário identificar as descontinuidades dessas duas estruturas numa tendência geral à mútua adaptação. Esta identificação não se limitou a um plano temporal, onde cada estrutura evoluiu segundo ritmos distintos, nem uma correspondência biunívoca, visto que as transformações financeiras ora se operam lentamente, ora de maneira abrupta, e nem sempre são introduzidas segundo uma sistemática regular".⁽²³⁾

(23) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do R. de Janeiro, pág. 7.

O papel do capital financeiro como equalizador da taxa de lucro e como potenciador da acumulação precisa ser destacado. É nesse sentido que "há uma ruptura" no capital portador de juros no capitalismo comparativamente ao capital portador de juros nos modos de produção pré-capitalistas. O crédito elimina as barreiras internas de cada ramo de produção, deixando desvinculada a acumulação individual de cada um deles ao capital disponível dos capitalistas neles atuantes. O sistema de crédito coloca à disposição de cada ramo em particular o conjunto do capital existente na forma ociosa de equivalente geral. Com isso, facilita as transferências dos ramos menos lucrativos para os mais lucrativos e um escoamento automático de recursos para os ramos em expansão, e a saída de recursos dos ramos em recessão.

O ponto crucial e contraditório dessa interação entre estrutura econômica e estrutura financeira é, por assim dizer, a conexão entre ambas: a política monetária. Será em torno da definição dessa política que irá girar o conjunto de acontecimentos que forma a história do Brasil que ora tem-se por objeto. Nos poucos anos que compreende o período, nada mudou tanto e teve um comportamento tão errático como a política monetária. Ela é a chave para a compreensão da luta que o capitalismo emergente travava contra as forças internas da reação e o imperialismo internacional, pois o padrão de acumulação que este então adotava não poderia admitir uma política monetária antôctone, sob pena de anulação de seu poder.

4 - POLÍTICA MONETÁRIA E CAPITAL FINANCEIRO

Uma das passagens mais controversas da visão de Marx é

a sua teoria do dinheiro e do crédito. Ele sempre se posicionou, em tudo o que escreveu sobre o tema, contra a visão de Ricardo e toda a chamada escola metalista, contra a concepção de que o meio circulante deveria ficar condicionado ao estoque de ouro e negava validade científica à tese de Ricardo, tomada por ele de Hume, de que o nível de preços da economia era determinado pelo estoque de ouro circulante.

Marx mostra em sua "Contribuição à Crítica da Economia Política" que o ouro, com o desenvolvimento do sistema capitalista, fica dispensado de atuar como meio circulante, e que agora meros signos de valor — moeda de curso forçado estabelecida pelo Estado — podem substituir as suas funções como meio interno de circulação e acha uma estupidez vincular às necessidades internas de meio circulante às disponibilidades de ouro. O ouro, para ele, passa a ser imprescindível apenas nas trocas internacionais, como dinheiro universal.

É com base nesta visão que Marx se coloca frontalmente contra as leis de 1844 e 1845 que regulavam, na Inglaterra, a ação dos bancos com base nos "falsos princípios" monetários criados por Hume e popularizados por Ricardo.

"Toda história da indústria moderna", afirma Marx, "mostra que o metal, na realidade, só seria necessário para saldar o comércio internacional quando seu equilíbrio estivesse momentaneamente perturbado, se a produção interna estivesse organizada. Que o interior já agora não pre

cisa de dinheiro metálico, demonstra a suspensão dos pagamentos em espécie pelos assim chamados bancos nacionais". (24)

Marx acusa os banqueiros ingleses, sobretudo Lorde Overstone, de se apropriarem das idéias de Ricardo para legislarem em causa própria, provocando uma artificial escassez de meio circulante para assim poderem elevar demasiadamente a taxa de juros em detrimento do capital industrial e do capital comercial. A eclosão das crises, no entanto, obrigou o governo a rever estas leis por vários momentos no século XIX. Contudo, as idéias monetárias de Ricardo só serão superadas, no âmbito da "economia vulgar", com o surgimento de Lord Keynes no século XX.

(24) MARX, Karl - O Capital. Livro III, Tomo 2, pág. 49.

III - O CAPITAL FINANCEIRO NA EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO NO BRASIL: AS VISÕES ALTERNATIVAS

1 - INTRODUÇÃO

A economia brasileira foi produto da expansão do capital comercial da Europa, tendo, portanto, nascido sob a égide deste modo de produção. Curiosamente, aqui as primeiras relações sociais estabelecidas não foram as capitalistas. Se foi produto da expansão do capital, este aqui não conseguiu reproduzir as relações sociais desenvolvidas no nascente capitalismo europeu. Dada a divisão internacional do trabalho e as formas de exploração e dominação que o capitalismo em sua infância adotou, no contexto do processo da acumulação originária, o capital que veio a instalar-se nas colônias assumia formas as mais diversas e o escravismo mostrou-se, à época, o caminho mais curto para um processo de acumulação acelerado. (25)

Não obstante, pois, o Brasil ter sido obra da expansão do capitalismo, as relações sociais aqui estabelecidas não reproduziram aquelas observadas na Europa, criando-se aqui relações de pro

(25) "A História brasileira e latino-americana é a História do Capitalismo e, simultaneamente a História de nosso capitalismo". MELLO, João Manoel Cardoso de. O Capitalismo Tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982, pág. 176.

dução específicas, de caráter pré-capitalista. (26)

A grande e fundamental questão que se coloca é traçar a especificidade deste singular tipo de sociedade que veio a desemboçar no capitalismo e do porquê do relativo atraso histórico com que se deu este evento. Não se pretende neste capítulo fazer uma explanação ampla sobre este, sem dúvida, apaixonante tema. Pretende-se, isto sim, tentar abordar, sob o ângulo particular do papel do capital financeiro, a emergência do modo capitalista de produção no Brasil.

O conceito de capital financeiro está definido no capítulo II. Quando digo que pretendo estudá-lo no período da emergência das relações capitalistas no Brasil, estou aqui adotando a periodização de João Manuel e estou delimitando, portanto, o interregno histórico que aceito como sendo aquele em que tal fenômeno ocorreu, de 1888 a 1933.

(26) Sobre a inserção do Brasil e Portugal na emergência do capitalismo europeu, ver: NOVAES, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808). São Paulo, Hucitec, 1981, 2ª edição, principalmente o capítulo II.

Sobre a definição da especificidade do modo de produção escravista no Brasil, ver: GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1985, 4ª edição, sobretudo a primeira parte.

Um painel das diferentes opiniões sobre a questão do modo de Produção no Brasil foi apresentado no Seminário "Debate sobre os Modos de Produção e o Processo Histórico Brasileiro", na UNICAMP, nos dias 19 e 20 de outubro de 1978. Os trabalhos apresentados foram publicados no seguinte livro: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). Modos de Produção e Realidade Brasileira, Petrópolis, Vozes, 1980.

A obra de João Manuel é um marco na historiografia econômica brasileira. Neste trabalho (O Capitalismo Tardio, já citado) ele faz a crítica à CEPAL e à periodização adotada pelos pesquisadores e estudiosos por ela inspirados, como segue:

Economia colonial/economia nacional, crescimento para fora/industrialização por substituição de importações, industrialização extensiva/industrialização intensiva.

Já a periodização de João Manuel é a seguinte:

Economia colonial/economia mercantil-escravista nacional/economia exportadora capitalista-retardatária em suas três fases: nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada.

A diferença fundamental entre as duas periodizações propostas está no fato dos estudiosos de concepção cepalina admitirem que a industrialização como processo começou em 1930 e João Manuel retroage 50 anos, isto é, dá como marco para a implantação da indústria, vale dizer, das relações capitalistas, a libertação dos escravos em 1888.

As evidências empíricas de que a periodização de João Manuel está correta são hoje relativamente abundantes. Ao contrário do que se pensava até recentemente, as reformas de Rui Barbosa e o Encilhamento criaram as condições para o surgimento de inúmeras empresas industriais que subsistiram e se desenvolveram nas décadas

seguintes. Entre os trabalhos produzidos neste sentido, destacam-se os de Peláez ⁽²⁷⁾, Peláez e Suzigan ⁽²⁸⁾, Levy ⁽²⁹⁾, Fishlow ⁽³⁰⁾ e Stein ⁽³¹⁾, além dos trabalhos de Haddad ⁽³²⁾ e Villela e Suzigan ⁽³³⁾.

Por essa razão, aceita-se, neste trabalho, como delimitação, o período de 1889 a 1913, pois entende-se que foi neste interregno que o advento da industrialização aconteceu no Brasil, vindo a se consolidar posteriormente. Veremos na sequência que três fatos históricos da maior importância ocorreram, a saber, as reformas monetárias de Rui Barbosa, o retrocesso de Joaquim Murinho e o Acordo de Taubaté, fatos que, por antagônicos, mostram as vicissitudes porque passou a aurora do capitalismo em nosso país.

-
- (27) PELÁEZ, Carlos Manuel. Conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil - 1889-1945. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 25(3):5/82, jul/set 1971.
- (28) PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- (29) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.
- (30) FISHLOW, Albert. Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil. In VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto Medonça de. Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Saraiva, 1977.
- (31) STEIN, Stanley J. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950. Rio de Janeiro, Campos, 1974.
- (32) HADDAD, Cláudio. Crescimento do Produto Real Brasileiro - 1900/1947. In VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto Mendonça de. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Saraiva, 1977.
- (33) VILLELA, Anníbal Villanova e Suzigan, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA, 1973.

2 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO CAPITAL FINANCEIRO NO BRASIL

A história brasileira é recheada de contradições, como a que foi citada de ser produto da expansão do capitalismo e, ao mesmo tempo, não criar em seu interior relações de produção capitalistas. O mesmo se dá com a estrutura financeira. Com uma economia agrária, cujas unidades de produção atuavam como autarcias, assentadas sob relações de produção escravistas, a estrutura financeira do Brasil ao longo do império era constituída por duas instituições típicas do capitalismo desenvolvido: bancos comerciais e bolsa de valores. Aliás, sobre isto escreveu Maria Bárbara Levy:

"A estrutura financeira no Brasil assentou-se fundamentalmente sobre dois tipos de instituições: bancos comerciais e Bolsa de Valores. Foi apenas na segunda metade do século XX que surgiu uma série de outras instituições especializadas em diferentes tipos de crédito. Antes do século XIX, não se encontram indivíduos exercendo funções de banqueiros ou corretores." (34)

Mais adiante:

"É a existência desta estrutura internacional complexa que impõe o surgimento de um sistema de crédito próprio do capitalismo moderno, já no século XIX, antes deste mo

(34) LEVY, Maria Bárbara - História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pág. 3.

do de produção haver se tornado dominante na formação social brasileira." (35)

Mas, concretamente, o que levou a uma sociedade de formação arcaica a sentir a necessidade a utilizar-se de instituições de formação social mais avançada, capitalista? Qual era o papel dos bancos comerciais e da Bolsa de Valores?

O primeiro banco comercial do Brasil foi o Banco do Brasil, fundado em 1808, após a chegada da Corte portuguesa fugida de Napoleão. O primeiro banco comercial privado foi fundado em 1836 (Banco do Ceará, que visava atender à falta de numerário). Na década dos 40 do século passado se multiplicaram e se consolidaram como instituições indispensáveis ao sistema econômico. A origem dos bancos está ligada à crônica escassez de meio circulante, vale dizer, dinheiro na sua função de meio de circulação e os primeiros bancos tinham como objetivo criar moeda — bilhetes ou vales bancários — que supriam a escassez e exerciam a função de moeda na ausência do dinheiro oficial. (36)

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi institucionali

(35) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pág. 69.

(36) LEVY, Maria Bárbara. História dos Bancos Comerciais no Brasil, Rio de Janeiro, IBMEC, 1972 (mimeo). Pág. 17. Deve-se observar que o Banco do Ceará foi liquidado em 1939, por falta de recursos para liquidar suas notas. A rigor, a primeira instituição privada brasileira foi o Banco Comercial do Rio de Janeiro, que prosperou entre 1838 e 1842. Para detalhes, ver PELÁEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil, págs. 57-62.

zada em 14 de junho de 1845 ⁽³⁷⁾. Segundo Maria Bárbara Levy,

"No Brasil, o Estado interveio na organização da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro visando o maior controle do volume de negócios, a apreciação da cotação dos títulos da dívida pública e a garantia de cobrança de impostos nas transações mercantis. A Bolsa de Valores de São Paulo foi fundada com as mesmas características em 1884"⁽³⁸⁾.

Outro tipo de instituição que não tardou em surgir no Brasil foram os bancos privados estrangeiros, sobretudo os ingleses, no início da década dos sessenta do século passado. Vejamos o que escreveu Levy sobre o fenômeno:

"Os objetivos do capital inglês, o qual se instalara no Brasil antes de o fazer em qualquer outro país da América Latina, eram todavia de dimensões bem mais expressivas que a mera concorrência com os bancos nacionais. Se estas instituições financeiras estrangeiras angariavam depósitos em maiores proporções ou se ficavam com excelentes condições de se locupletarem com a especulação cambial, graças ao direito ilimitado de saques sobre suas matrizes, o papel de maior relevância que exerciam era exatamente permitir que se operassem as exportações de capi

(37) LEVY, Maria Bárbara - História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pág. 125, nota 114.

(38) LEVY, Maria Bárbara - História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pág. 88.

tal inglês que passava a ser investido no Brasil. Esses bancos garantiam a preservação do Brasil como território a ser desfrutado pelos investimentos ingleses" (39).

Na verdade, era no controle dos mecanismos comercial e financeiro, além do manejo especulativo da taxa de câmbio, que o imperialismo inglês lograva apropriar-se da maior parte do excedente aqui produzido e os bancos comerciais ingleses eram a correia de transmissão nesse processo. Mais a frente irei aprofundar a análise deste fenômeno. Porém, convém antecipar que era a preponderância dos bancos comerciais ingleses no mercado cambial e das casas exportadoras inglesas no mercado de café que garantia a apropriação da maior parte do excedente e criava entraves ao desenvolvimento das forças produtivas internas. Francisco de Oliveira, analisando o binômio intermediação comercial e financeira, faz as seguintes colocações:

"Em primeiro lugar, a intermediação comercial e financeira retira da economia uma parte ponderável do excedente produzido, que não será reinjetado nela, mas serve à acumulação na economia dos países que a realizam (...). Em segundo lugar, a intermediação comercial e financeira, por realizar-se inteiramente na forma de divisas estrangeiras, torna a preservação desta forma de valor vital para a realização completa do circuito 'produção-financejamento-comercialização-acumulação-produção'; daí a políti

(39) LEVY, Maria Bárbara - História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pág. 88.

ca cambial se tenha convertido, ao longo da história da Primeira República, na determinante fundamental do arremedo do que se poderia chamar de política econômica do governo e núcleo de controvérsias e das lutas econômicas, sociais e políticas no seio da própria classe dominante". (40)

A estrutura financeira do império sofreu crises intermitentes com graves prejuízos para a economia. Nos anos de 1857, 1864, 1875 houve pânico bancário, com o desaparecimento de inúmeras instituições. (41)

Estas crises são sintomas claros da inadequação dos mecanismos de financiamento e da condução da política monetária pelo Governo Imperial. Como veremos mais adiante, durante todo o Governo Imperial tentou-se sempre uma política de valorização do câmbio mediante a redução do meio circulante. Apenas em situações excepcionais, como a Guerra do Paraguai e as secas do Nordeste, é que havia criação de moeda, aumentando a liquidez da economia.

3 - A DIALÉTICA DO CAPITAL FINANCEIRO: CONDIÇÃO DE EXPANSÃO DO COMÉRCIO E ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NACIONAL

(40) OLIVEIRA, Francisco de. A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha do Brasil. In História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III (O Brasil Republicano). São Paulo, Difel, 1985, Cap. VI, pág. 396.

(41) PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil, pág. 87 e seguintes, 104 e seguintes e 118 e seguintes.

Na literatura sobre o período abordado, predomina a ênfase na economia cafeeira como sendo o epicentro da economia nacional, embora se saiba que o café era restrito a algumas regiões (Sudeste/Sul).

Sabe-se também que coexistiam com o café economias regionais fortes, como era a zona canavieira no Nordeste, o couro no Sul e a borracha na Região Amazônica. Contudo, é incontestável a importância relativa do café, mesmo porque ele foi, durante muito tempo, a principal fonte de divisas e foram os centros urbanos destas regiões aqueles que primeiro conheceram a industrialização, isto é, foram os primeiros a conhecerem as relações capitalistas e foi a partir destes centros que se generalizaram estas relações pelo país. (42)

(42) As obras importantes existentes sobre o tema geralmente partem deste suposto. Sobre o tema, ver:

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979, 16ª ed. Partes 4ª e 5ª.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Cap. II.

SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Ômega, 1980.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.

DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo. São Paulo, Difel, 3ª ed., 1º capítulo.

TABELA 1

Brasil - Principais Produtos a Exportação, 1889-1913

(Em Percentagem)

PERÍODOS PRODUTOS	1889-1897	1898-1910	1911-1913
Café	67,6	52,7	61,7
Açúcar	6,5	1,9	0,3
Cacau	1,1	2,7	2,3
Mate	1,2	2,7	3,1
Fumo	1,7	2,8	1,9
Algodão	2,9	2,1	2,1
Borracha	11,8	25,7	20,0
Couro e Peles	2,4	4,2	4,2
Outros	4,8	5,2	4,4

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova & Suzigan, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Pág. 70.

Foi também a economia cafeeira que gerou oportunidades de aplicação para o capital financeiro internacional, pois o padrão de acumulação que então vigia, sobretudo no que se refere ao capital inglês, induzia a que estes capitais se destinassem às regiões onde a cultura da rubiãcea era dominante.

O capital financeiro internacional entrava no Brasil, sobretudo a partir de 1890, para financiar infra-estrutura do complexo cafeeiro. Os empréstimos destinavam-se a financiar obras públi

cas, em geral construção de portos e ferrovias e também, a partir de 1906, à sustentação das cotações do café. ⁽⁴³⁾ Os investimentos diretos eram geralmente feitos em ferrovias ou em obras de melhoramentos públicos, como empresas de luz e força, iluminação etc. ⁽⁴⁴⁾

Os investimentos diretos gozavam de cláusula que garantia ao investidor uma rentabilidade mínima, pela qual o Estado brasileiro se responsabilizava de pagar. Na prática, eliminava o ris

(43) SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional. In FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III (O Brasil Republicano), cap. V, pág. 365 e seguintes.

(44) "Se somarmos as companhias de navegação, ferrovias e carris urbanos, pode-se ter uma idéia da verdadeira revolução de transportes que ocorreu no final do século XIX e início do XX. No quadro de 1891, para o Rio de Janeiro, os transportes absorviam 21% do total do capital realizado." LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, vol. 2, pág. 45. Flávio Azevedo Marques de Saes fez um interessante painel sobre a penetração ferroviária em São Paulo, donde tiramos os dados da Tabela 2.

TABELA 2 - Desenvolvimento da Rede Ferroviária no Brasil e em São Paulo
(Extensão da Linha férrea em km)

ANO	BRASIL	SÃO PAULO	SÃO PAULO/BRASIL(%)
1854	14	-	-
1880	3.398	1.212	35,7
1890	9.973	2.425	24,3
1900	15.316	3.373	22,0
1910	21.467	5.204	24,2
1920	28.535	6.616	23,2
1930	32.478	7.101	21,9

Fonte: SAES, Flávio Azevedo Marques de. As Ferrovias de São Paulo, 1870-1940, São Paulo, Hucitec, 1981, pág. 24.

co do empreendimento sem ter, o governo brasileiro, qualquer ingerência nas decisões do negócio. Uma das causas do "funding Loan" de 1898 foi a impossibilidade do governo de pagar também estes compromissos. Os banqueiros "consolidaram" a dívida, pagando aos acionistas destes empreendimentos os dividendos a que faziam jus. (45)

O mecanismo de extração do excedente pelo Imperialismo estava vinculado a este padrão de acumulação, que casava a necessidade do capital financeiro com o industrial; por uma via, entravam os empréstimos e investimentos diretos; por outra, retornavam sob a forma de encomendas de bens de capital e outras mercadorias.

3.1 - Rui Barbosa e o Encilhamento

A Proclamação da República foi o acontecimento que coroou, junto com a libertação dos escravos, a crise da economia mercantil-escravista cafeeira nacional. (46)

Este processo é marcado pelo declínio do uso da mão-de-obra escrava e a transição para o uso de trabalhadores assalariados. João Manuel discute longamente as razões da crise, do porquê do não surgimento de uma indústria escravista (a sua impossibilidade teórica e prática), o inevitável desaparecimento desta relação de

(45) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pág. 305.

(46) Uma análise primorosa sobre este momento histórico encontra-se na obra de João Manuel (O Capitalismo Tardio), pág. 72-88.

produção, seja pelo simples fato de não haver mais, à época, um su
primento deste tipo de trabalhadores (a Inglaterra estancou o trá
fico), o crescimento nulo ou negativo da população mancipia e das
vantagens econômicas imediatas que a adoção de trabalhadores li
vres trazia para as unidades produtivas. (47)

TABELA 3

Brasil - Crescimento da População Total - 1872-1920

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	AUMENTO TOTAL POR PERÍODO	CRESCIMENTO (%)
1872	10.112.061	-	-
1890	14.333.915	4.221.854	29,5
1900	18.200.000	3.866.085	21,2
1920	27.500 000	9.300.000	33,8

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1945. Pág. 90.

(47) Francisco de Oliveira (A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias) aponta para um crescimento do excedente após a adoção do trabalho livre. Veja-se as seguintes passagens (pág. 396/397):

"(...) a instauração do trabalho livre no coração das próprias unidades produtivas do complexo agro-exportador, significa uma inversão da econo
mia escravocrata, predominando, agora, o capital variável e fazendo cres
cer a rentabilidade da exportação. Quantitativamente, pois, o volume do ex
cedente sob controle dos 'barões do café'"(...) era, agora, maior que em
épocas anteriores". (Grifos meus).

TABELA 4

Brasil - População Estrangeira por Regiões

Total do País = 100

REGIÕES	1872	1900	1920
Norte	2,2	0,6	2,7
Nordeste	13,3	5,2	2,1
Leste	60,6	34,6	25,3
São Paulo	7,6	41,4	52,4
Sul	15,8	17,1	15,7
Centro-Oeste	0,5	1,1	1,8

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Pág. 264.

TABELA 5

Brasil - Imigração Total no País e em São Paulo,
Por Períodos - 1884-1920

PERÍODO	BRASIL	SÃO PAULO
1884/1887	145.880	53.023 = 35,3%
1888/1890	304.054	157.781 = 51,9%
1891/1900	1.129.315	733.335 = 64,9%
1901/1920	1.469.095	857.149 = 58,3%

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Pág. 269.

Entre as diversas causas que determinaram o advento da República, as que queremos evidenciar são aquelas ligadas à atrofia e mesmo inadequação das instituições e mecanismos de financiamento à reprodução da sociedade mercantil em bases capitalistas que ora nascia. A política monetária do novo Governo e o conjunto de reformas que procurou implementar tinham na verdade um fundo político da maior relevância: era a luta do capitalismo emergente contra as forças que garroteavam o seu desenvolvimento, notadamente o imperialismo inglês.

A década dos noventa do século passado foi extremamente tumultuada e contraditória. Houve nada menos que doze Ministros da Fazenda. Houve golpe de Estado. Mas foi sobretudo contraditória no que tange às políticas econômico-financeiras implementadas: abre-se a década com uma política liberal clássica que procurou atender às necessidades da economia mercantil que transitava para a indústria, e fecha melancolicamente, entrando no século XX sob o jugo da política de Joaquim Murinho, cavalo de batalha do imperialismo, ao qual alguns estudiosos atribuem grande responsabilidade pelo atraso histórico brasileiro. (48)

Duas políticas em contraste: Rui Barbosa X Joaquim Murti

(48) Peláez, em um notável ensaio de 1971, atribui o atraso relativo do desenvolvimento à "inadequação" institucional e às políticas adotadas não apenas por Joaquim Murinho, mas a todos os Ministros que o sucederam no Ministério da Fazenda até 1945. Ver:

PELÁEZ, Carlos Manuel. As conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal do Brasil entre 1889 - 1945.

inho. As forças do capitalismo emergente sendo subjugadas pelo imperialismo.

As reformas levadas a efeito por Rui Barbosa foram, na verdade, iniciadas no fim do Império, com a Lei Monetária de 1888.

A briga das classes produtoras era no sentido de aumento do meio circulante, pois sentia-se grande falta de numerário para transações, concomitante com a luta por medidas protecionistas.⁽⁴⁹⁾

A política monetária que sempre vigorou durante o Império e durante a República Velha, em sua maior parte, foi no sentido de fazer valer as regras do padrão-ouro, ou seja, a perfeita convertibilidade do papel-moeda em circulação. Era evidente que estas regras não poderiam servir às necessidades internas da economia, sobretudo àqueles segmentos voltados para o mercado interno, notadamente a indústria nascente. Dentro desta hipótese, a oferta de moeda, dada a insignificante produção aurífera nacional, ficava condicionada a duas variáveis: 1) ao saldo da balança comercial e 2) ao fluxo de capitais de empréstimo e de risco. Ora, como o País sempre foi endividado e como existia uma pauta de importações relativamente rígida, verifica-se que a oferta de moeda fica extremamente exígua e distante das necessidades de uma economia em expansão. Com o agravante de que qualquer crise no comércio exterior, dependente praticamente de um produto — o café — condenava a economia

(49) LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil, São Paulo, Alfa Omega, 1975, pág. 69 e seguintes.

a sofrer crises de liquidez a cada crise vivida pelo setor exportador, concomitante à crise que tal fenômeno trazia implícita numa economia em que o setor exportador era o segmento mais importante. (50)

Ao contrário do que se pensava até recentemente, a década dos noventa do século passado é a chave para a compreensão da evolução da economia brasileira para a industrialização, que logo se consolidar na segunda metade do século XX. E compreender a década dos noventa necessariamente passa pelo entendimento do significado histórico de Rui Barbosa, da República, da Abolição.

A criação das bases capitalistas no Brasil iniciou-se em 1850 com dois eventos marcantes: a chamada Lei das Terras e a abolição do tráfico negreiro. Estes dois marcos foram, na verdade, os iniciadores das bases institucionais para a constituição de um mercado de trabalho "livre", imprescindível para o surgimento das relações capitalistas de produção. De um lado, ao estancar o fluxo de escravos africanos, obrigou os fazendeiros de café a buscarem a alternativa dos trabalhadores livres europeus e, de outro, vedou aos trabalhadores migrantes e aos pobres livres e negros libertos o acesso a terras para produzirem seu auto-sustento, criando o mer

(50) Outra grande contribuição de Peláez no citado ensaio (As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945) foi a de demonstrar a irracionalidade e incongruência da política de Murinho, bem como o caráter indefensível desta política sob qualquer ângulo.

cado de trabalho. (51)

Rui Barbosa concentrou a sua atuação a nível das políticas monetárias, com destaque para as reformas bancária e da Lei das Sociedades Anônimas. Barbosa partiu da Lei Monetária de 1888, aprovada a partir do projeto Cruzeiro-Ouro Preto. Este diploma legal partia do ponto de vista de que era preciso dotar a economia de melhores condições de liquidez, já que fatos novos como a libertação dos escravos, as levas de migrantes que chegavam e, consequentemente, a generalização das trocas mercantis monetizadas, impunham o aumento da disponibilidade de meio de circulação. Por essa lei, três bancos foram autorizados a emitir bilhetes conversíveis em ouro: o Banco Nacional do Brasil, o Banco de São Paulo e o Banco do Comércio. Entretanto, só o primeiro exerceu este direito. A lei estabelecia que os bancos poderiam emitir bilhetes ao portador desde que depositassem o valor nominal correspondente em apólices da dívida pública na Caixa de Amortização. (52) Esse papel possuía curso legal, podendo por isso ser reembolsado em moeda do tesouro. As

(51) Sobre o assunto, ver as seguintes obras:

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de Latifúndio, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág. 133 e seguintes.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra, São Paulo, LECH, 1981, Pág. 28 e 29.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, Kairós, 1983. Esta obra é um brilhante painel que trata dos pobres livres no regime escravocrata e seu violento cotidiano. Ver sobretudo os capítulos I e II.

(52) Caixa de Amortização era um organismo fundado no Império e tinha exclusivamente o objetivo de fazer as transferências e pagamento da Dívida Pública. Conf. LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pág. 53.

emissões poderiam ser elevadas ao triplo das somas correspondentes àquelas depositadas em moeda metálica nas suas Caixas. (53)

Outro acontecimento importante no final do Império foi o empréstimo que o Governo brasileiro levantou em Londres para auxílio à lavoura que deveria ser distribuído por intermédio do setor bancário. O Tesouro fornecia parcelas do capital do empréstimo a alguns bancos, por prazos que variavam de 7 a 22 anos. No entanto, o sistema propiciou apenas a liquidação do passivo das casas comerciais relacionadas à lavoura e à prosperidade dos estabelecimentos de crédito favorecidos pela antecipação do capital, sem beneficiar a lavoura propriamente dita. Veja-se o que escreveu Levy sobre o assunto:

"Os empréstimos à lavoura por intermédio dos bancos auxiliares eram uma transação altamente vantajosa para esses últimos. Como não pagavam juros ao Estado pelo montante do empréstimo de longo prazo, e recebiam do mutuário a taxa de 6% pelos empréstimos agrícolas, fica claro que as instituições de crédito gozavam de um capital gratuito, que garantia os lucros a serem divididos entre os acionistas. Os títulos dos bancos assim favorecidos passaram a ser mais procurados e cotados com ágio. A verba dos auxílios à lavoura, estando longe de esgotar, estimulava a criação de novos bancos, que obteriam do Governo os mesmos favores já concedidos a alguns dos existentes

(53) PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil. Pág. 120 e 121.

e cujas ações seriam evidentemente subscritas, pelo fato de os subscritores estarem certos de que em poucos dias seriam procurados com lucro. O capital com que se fundavam esses bancos era sempre alto, a fim de que fosse também grande a quota de auxílios concedidos pelo Governo." (54)

O novo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, continuou a política de empréstimos aos bancos e manteve a Lei de 1888. Um resumo das principais medidas de Barbosa está apresentado na Tabela 6.

TABELA 6

A Legislação Monetária de Rui Barbosa

NÚMERO DO DECRETO OU DA LEI	DATA DA APROVAÇÃO	DISPOSIÇÕES MAIS IMPORTANTES
165	17/01/1890	a) Autoriza bancos de emissão de notas baseadas em títulos do Governo ou ouro; b) Divide o Brasil em regiões bancárias com uma emissão nacional total de notas no montante de 450 mil contos; c) Limita as emissões de notas à quantidade de títulos, ouro ou moedas.
190	29/01/1890	a) Autoriza o estabelecimento do Banco dos Estados Unidos do Brasil.

(54) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pág. 146.

794	31/01/1890	<p>a) Fixa o total de emissão de notas para o <u>Bra</u>sil no máximo de 200 mil contos;</p> <p>b) Autoriza mais uma região bancária, composta de São Paulo e Goiás.</p>
251-A	07/03/1890	a) Fixa a emissão total de notas de cada banco do Norte, individualmente, em 20 mil contos.
253	08/03/1890	a) Autoriza o Banco do Brasil e o Banco Nacio <u>nal</u> do Brasil a emitir notas até o montante de duas vezes os 25 mil contos em outo depo <u>sitados</u> por cada um desses bancos no Tesou <u>ro</u> .
255	10/03/1890	a) O Banco do Brasil e o Banco Nacional do <u>Bra</u> sil recebem a incumbência de recolher as no <u>tas</u> do Tesouro.
700-A	29/03/1890	a) O Banco dos Estados Unidos do Brasil é auto <u>rizado</u> a emitir notas em valor duas vezes superior aos 25 mil contos depositados no Tesouro.
782-A	25/09/1890	a) Autoriza aumentos na emissão de notas por bancos em São Paulo, na Bahia e em Pernambu <u>co</u> .
1 154	07/12/1890	<p>a) Autoriza a fusão do Banco dos Estados Uni<u>dos</u> do Brasil com o Banco Nacional do <u>Bra</u>sil, que passam a formar o novo Banco da Re<u>pública</u> dos Estados Unidos do Brasil.</p> <p>b) O Banco é autorizado a emitir notas em <u>va</u>lor três vezes superior ao de seu depô<u>sito</u> em ouro.</p>

		<p>c) Fixa um máximo de dois anos para os Bancos emitirem as suas cotas de notas;</p> <p>d) O novo Banco torna-se agente bancário do Governo, tanto no País como no exterior.</p>
--	--	---

Fonte: PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945, Pág. 15.

Algumas perguntas que inevitavelmente se impõem são: como interpretar as políticas do Governo Provisório? Qual o seu significado histórico? Que consequências tiveram para o desenvolvimento econômico do País? Qual a relação destas medidas com os interesses do Imperialismo inglês?

Não há dúvidas que as medidas de Rui Barbosa, a despeito de terem criado as condições para o Encilhamento e mesmo serem a sua causa, possibilitaram o primeiro grande surto industrial, podendo ser datado daí o nascimento da indústria no Brasil, como expressão das relações capitalistas então em sua infância. A Tabela 7 traz alguns indicadores da economia brasileira para o período. Pelos números ali apresentados, pode-se ver que os primeiros anos da República foram caracterizados por uma acentuada criação de meios de pagamento, aceleração inflacionária, taxas de crescimento do produto negativa ou próxima de zero, mas, sobretudo, se tomarmos a potência instalada como indicador da expansão industrial, notamos que no período a indústria cresceu acentuadamente, o que permite fundamentar a afirmação de que as reformas de Barbosa foram cru

ciais para que este fenômeno viesse a ocorrer. Veja-se, também, as tabelas 8 e 9.

TABELA 7

Alguns indicadores Seleccionados da Economia Brasileira - 1888/96 ^(a)

ANOS	MEIO DE PAGAMENTO		TAXA DE INFLAÇÃO (% AO ANO) ^(b)	PIB (CR\$ MILHÕES) (A PREÇOS DE 1949) ^(b)		PIB PER CAPITA (A PREÇOS DE 1970) (a)	POTÊNCIA INSTALADA (EM MW) ^(c)			
	TOTAL EM CR\$ MIL A PREÇOS CORRENTES	Δ%		TOTAL	Δ%		TÉRMICA		HIDRÁULICA	
							TOTAL	Δ%	TOTAL	Δ%
1888	205,29	-	-5,7	21,27	-	65,85	0,400	-	-	-
1889	211,01	2,8	1,1	22,05	3,7	66,99	0,500	25,0	0,250	-
1890	297,73	41,1	27,8	22,17	0,5	66,09	1,017	103,4	0,250	-
1891	448,45	50,6	84,9	21,51	-3,0	62,77	1,017	-	0,250	-
1892	523,93	16,8	28,1	21,05	-2,1	59,98	3,034	198,3	0,375	50,0
1893	631,86	20,6	14,6	21,56	2,4	59,99	3,034	-	0,636	69,6
1894	712,36	12,7	17,1	21,02	-2,5	56,13	3,293	8,5	1,285	102,0
1895	678,07	-4,8	10,4	20,24	-3,7	53,68	3,843	16,7	1,991	54,9
1896	712,35	5,1	12,7	18,68	-7,7	48,37	4,083	6,2	3,592	80,4

Fonte: a) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, IBMEC, 1977;

b) CONTADOR, Cláudio Roberto. Mercado de Ativos Financeiros do Brasil (perspectiva histórica e comportamento recente) Rio de Janeiro, IBMEC, 1974.

c) VILLELA, Anníbal Villanova & SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1945, Rio de Janeiro, IPEA, 1973.

No fundo, as reformas de Barbosa tinham o claro objetivo de criar as condições para o aparecimento da indústria no Brasil. Foi o primeiro Ministro da Fazenda que sistematizou e procurou colocar em prática uma política não metalista. ⁽⁵⁵⁾ A sua visão se aproximava muito das de Hamilton, primeiro Secretário do Tesouro da República Norte-Americana. Ocorre que todos os Ministros da Fazenda do Império e a maioria dos Ministros até 1930, quando oficialmente foi suprimida a paridade de câmbio fixada em Lei em 1946 à taxa de 27 dinheiros esterlinos por mil réis, ⁽⁵⁶⁾ tinham por objetivo alcançar esta paridade, pois acreditavam que assim a economia entraria em equilíbrio e haveria perfeita conversibilidade entre papel-moeda e moeda metálica. Ou seja, sequer propunham o padrão-ouro à taxa corrente. Propunham, na verdade, uma política de contínuo "enxugamento" de papel-moeda que outra coisa não é senão uma política deflacionária permanente. Não é por acaso que crises de liquidez aguda geralmente eram acompanhadas de pânico bancário e suas trágicas conseqüências para o desenvolvimento das forças productivas.

A crítica a essa política foi feita em tom agudo e polêmico por Peláez, que apontou o caráter irracional e incompreensível à luz do desenvolvimento econômico. Na seqüência, observamos as falhas da crítica de Peláez, embora estas críticas não ensombreçam o

(55) O relato que segue se baseia em LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Pág. 147 e seguintes.

(56) PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil, Pág. 67.

seu brilhante trabalho. (57)

Barbosa tinha uma concepção mais aguda do problema financeiro. Nas suas palavras:

"Esperar a regeneração do meio circulante pela circulação metálica, n'um país de cambio mudável como o tempo dos climas tropicais, é cair n'um círculo vicioso. Essa mutabilidade de cambio, essa sua depressão habitual denunciam a insuficiência dos recursos ordinários do país na liquidação de suas contas com os mercados do exterior. Não é portanto a circulação metálica que nos há de firmar o cambio alto: é, pelo contrário, a estabilidade do cambio ao par, effeito da prosperidade econômica da nação, que nos há de permitir a circulação conversível. Os metalistas invertem os termos do problema, e por isso as suas criações não passam de castellos de cartas." (58)

Esta citação comprova a divergência com o pensamento que o imperialismo inglês exportava. A Inglaterra exigia pronta conversibilidade de seus investimentos e só uma política ortodoxa é que poderia garantir pronta disponibilidade de seus ativos. Mas Rui Barbosa tinha uma visão muito clara do momento histórico-político

(57) PELÁEZ, Carlos Manuel. As consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945.

(58) Barbosa, Rui. Finanças e Política da República, discursos e escriptos. Rio de Janeiro, Cia. Imperial, 1892, pág. 22.

que vivia, como podemos ver na seguinte passagem:

"Nós somos uma nação agrícola e por que não também uma nação industrial? Falece-nos o oiro, a prata, o ferro, o estanho, o bronze, o mármore, a argila, a madeira, a borracha, as fibras têxteis? Seguramente, não. Que é, pois, o que nos mingua? Unicamente a educação especial, que nos habilita a não pagarmos ao estrangeiro o tributo enorme da mão d'obra, e sobretudo da mão d'obra artística". E ainda: "A República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regimen, que lhe trará o equilíbrio conveniente (...) O desenvolvimento industrial não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo, uma questão política." (59)

TABELA 8

Expansão do Capital das Indústrias Têxteis de Algodão Registradas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - 1889/1892 (contos)

DATA	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL INTEGRALIZADO	POR PAGAR	BÔNUS	CAPITAL RECEBIDO
Maio de 1889	13.500	13.140	360	6.010	19.150
Novembro de 1890	54.100	36.630	17.470	18.227	54.857
Agosto de 1891	72.550	48.100	24.450	23.163	71.263

cont.

(59) Citado em LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Pág. 153

Janeiro de 1892	84.210	49.475	34.475	23.771	73.246
Aumento (1889-1892)	70.710	36.335	34.375	17.761	54.096

Fonte: STEIN, Stanley J. Origens e Evolução da Indústria Textil no Brasil - 1850/1950, Rio de Janeiro, Campus, 1979, Pág. 97.

Se quisermos explicar o atraso relativo do desenvolvimento capitalista no Brasil, não podemos perder de vista a contradição entre os interesses do imperialismo e os interesses do capitalismo então nascente, bem como as bases internas que sustentavam os interesses imperialistas. Penso que existe dois determinantes para explicar o atraso: o domínio da política financeira que impedia ou mesmo destruía formas de intermediação financeira adequada ao processo de financiamento do desenvolvimento das forças produtivas e a questão da retenção do excedente.

A produção teórica das esquerdas nos últimos anos, sobretudo a da chamada "Escola de Campinas", tem privilegiado as relações internas da economia cafeeira para a explicação do que ficou conhecido por Industrialização Retardatária. Se é claro que "a industrialização capitalista (...) deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é chamado impropriamente de capitalismo industrial" ⁽⁶⁰⁾, tal postura não justifica o quase alheamento à

(60) MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Pág. 97.

questão financeira e ao Imperialismo, como fez João Manuel em seu citado trabalho. Este autor atribui o atraso (sobretudo a não instalação do DI para completar as bases técnicas da acumulação) à seguinte explicação:

"Para compreender corretamente a questão, é preciso atentar que, nas duas últimas décadas do século passado, em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais e no bojo da "Segunda Revolução Industrial", a indústria pesada, especialmente a siderúrgica, atravessa uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da Planta mínima e do investimento inicial. Vê-se, imediatamente, que se apresentam problemas praticamente insolúveis de mobilização e concentração de capitais e que os riscos do investimento numa economia como a brasileira, onde o capitalismo apenas engatinhava, se tornam extraordinários. Finalmente, o que não é menos importante, a tecnologia da indústria pesada, além de extremamente complexa, não estava disponível no mercado, num momento em que toda sorte de restrições se estabelecem num mundo que assiste a uma feroz concorrência entre capitalismos nacionais." (61)

Grifos meus.

A meu ver, a explicação de João Manuel carece de susten

(61) MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Págs. 102 e 103.

tação. Ora, se no mesmo período construíam-se no Brasil ferrovias, portos e obras públicas das mais diversas naturezas, cujo custo implicava numa gigantesca mobilização de capitais não muito diferente do custo de indústrias do DI, não podemos, evidentemente, explicar ambos os fenômenos de maneiras diferentes, ou seja, não foi o custo que determinou a vinda de um e não de outro. Muito menos posso aceitar que a razão era a tecnologia não disponível. Ora, a tecnologia é uma mercadoria como outra qualquer e se houvesse mercado aqui para comprá-la, certamente haveria pronta oferta.

O círculo vicioso de João Manuel e seus seguidores está no fato deles avaliarem corretamente as relações e condicionamentos internos, sem atentarem, no entanto, para os grilhões que impunha o Imperialismo. A questão fundamental está em compreender o padrão de acumulação então dotado pelo capitalismo mundial e o papel representado pela economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Este padrão de acumulação na época em que Londres era o coração do capitalismo mundial impunha o padrão-ouro a nível global e esta imposição significava atrelar a economia interna ao mercado mundial. Em outras palavras, há atrofia do sistema financeiro que bloqueia a formação interna de capital nos segmentos da economia não vinculados ao setor exportador e há apropriação da maior parte do excedente pela intermediação comercial e financeira (vide pág. 34). Além disso, os recursos estrangeiros, seja a nível de capital de empréstimos, seja a nível de capital de risco, vinham sempre com o objetivo de fortalecer os laços com a economia mundial, nunca no sentido de permitir um desenvolvimento das forças produtivas capitalistas endogenamente, vale dizer, implantar o setor de

bens de capital. Não é por acaso que nesse período ocorre uma acentuada expansão das ferrovias, que em larga medida destinavam-se a desenvolver o setor cafeeiro, reduzindo o custo de transporte e permitindo o acesso do café plantado no interior aos portos de exportação.

Em certo momento, afirma João Manuel:

"Ademais, a grande indústria não atraía capitais do complexo cafeeiro num momento de crise porque lhes remunerasse melhor, mas, pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários. Ocorreu que, entre 1890 e 1894, a taxa de acumulação financeira sobrepassou, em muito, a taxa de acumulação produtiva. Era suficiente, portanto, que os projetos industriais assegurassem, simplesmente, uma taxa de rentabilidade esperada positiva para que se transformassem em decisões de investir." (62) Grifo meu..

O que ele não se pergunta e, obviamente, não responde, é porque justamente nesse interregno de tempo é que houve a migração de capitais do café para a indústria. A resposta, evidentemente, não está no âmbito interno do complexo cafeeiro. Está na atuação do Estado e do novo perfil institucional que permitiu à "taxa de acumulação financeira" sobrepassar, "em muito, a taxa de acumula

(62) MELLO, João Manuel Bardoso de. O Capitalismo Tardio, Pág. 100

ção produtiva". Foi a política monetária e as reformas de Barbosa que de certa maneira tiveram continuidade até 1894, que permitiram a transferência de excedente do setor cafeeiro para o setor industrial. É isto, na verdade, o que explica primordialmente o nascimento da indústria neste período.

TABELA 9

Fatores do Mercado Cafeeiro e a Economia do Brasil

ANO CIVIL	PREÇOS		ECONOMIA DO BRASIL					PNL DOS EUA (PREÇOS DE 1929, BILHÕES DE \$)
	EUA PREÇO DE IMPORTA ÇÃO (CEN TAVOS POR LIBRA)	BRASIL PREÇO DE EXPORTA ÇÃO (MIL RÉIS POR SACA)	TAXA CAMBIAL (MIL RÉIS POR LIBRA)	RELAÇÕES DE TROCA (1901= 100)	ESTOQUE MONETÁ RIO (1000 CONTOS)	SALDO COMER CIAL (1000 CONTOS)	SALDO ORÇAMEN TÁRIO (1000 CONTOS)	
1889	6,7	48,2	32,3	-	733,8	97,1	25,5	31,4
1900	7,4	52,9	25,3	-	699,6	301,4	-126,6	33,2
1901	6,4	34,5	21,1	72,3	680,5	412,5	-30,0	35,2
1902	6,6	31,2	20,1	63,3	675,5	264,8	46,1	36,6
1903	7,0	29,7	20,0	64,9	674,9	256,1	52,2	38,3
1904	8,1	39,1	19,0	74,7	673,7	263,8	-20,7	40,2

Fonte: PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise Econômica do Programa de Sustentação do Café - 1906-1945: Teoria, Política e Medição. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, out/Dez 1971. Pág. 205.

Se atentarmos para os dados da Tabela 9, veremos que, a despeito da inflação verificada no período, os preços em mil-réis

do café para a exportação tenderam a cair. Logo, conclui-se que o excedente de posse dos produtores de café e os intermediários financeiros internos tenderam a declinar. Ou seja, o papel das reformas financeiras para a industrialização foi menor no sentido de transferir excedente para as indústrias nascentes e maior no sentido de tornar líquido capitais anteriormente acumulados, notadamente no setor exportador.

No período em foco ocorreu um fenômeno especulativo que marcou a história econômica brasileira e que ficou conhecido como Encilhamento. Ao contrário do que as correntes de historiadores neoclássicos afirmam e mesmo alguns historiadores de correntes de pensamento de esquerda, o Encilhamento não tem sua raiz nas emissões de moeda que o Governo Provisório realizou. O Encilhamento foi um movimento febril, especulativo, com títulos entre 1888 e 1891, que culminou com o crack na Bolsa de Valores e tinha sido incompreendido sob muitos aspectos até a publicação do livro de Maria Bárbara Levy ⁽⁶³⁾ que, dentre outros méritos, tem o de detalhar por dentro o que foi este movimento especulativo.

A pré-condição histórica para o Encilhamento foi a especulação com os bancos auxiliares da lavoura, que tinham acesso a créditos gratuitos, que emprestavam a 6% aos agricultores, conforme anteriormente citado. Isto significa uma certeza de rentabilidade. Paralelamente, com a reforma da Lei das Sociedades Anônimas,

(63) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Cap. IV.

os bancos tiveram abertos todos os acessos aos mais variados ramos de negócios, que lhes criavam condições de explorarem as atividades mais rentáveis. Isso tudo gerou um movimento em direção a Bolsa de Valores, que deu condições para o aparecimento do movimento especulativo verificado. (64)

O importante é que esse movimento especulativo não foi estéril. Ele fez surgir, no mercado de valores, ativos financeiros que não os monetários propriamente ditos, atraiu moeda inativa para transações de troca de ativos. "Nesse processo", afirma Levy, "explica-se a procura de ações através dos negócios de Bolsa. Este efeito deslocou a demanda dos investidores, os quais passaram a pressionar o mercado secundário desses títulos. Os ativos reais, por sua vez, representavam investimentos que refluíram sob a forma de renda. Ainda um terceiro efeito seria, via incentivo, a expansão das atividades bancárias por motivos evidentes." (65)

Ou seja, o Encilhamento teve uma grande contribuição pa

(64) Seguramente que o maior dos teóricos neoclássicos brasileiros sobre o período, Peláez, ou desconhecia ou negligenciou este fato. A seguinte passagem sugere uma inexplicável simplificação: "Depois de Barbosa decretar, em 1889, que os bancos deveriam emitir em três meses a quantidade máxima de notas que lhes era permitido, a maioria deles as emitiu rapidamente. As mudanças nas leis de incorporação decretada por Barbosa provavelmente facilitou maior especulação. E então o fluxo de notas depois de 1890, resultante da legislação monetária, completou a corrida especulativa." Grifos meus. PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. Pág. 17.

(65) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do R. de Janeiro, Pág. 115.

ra o aparecimento da indústria, na medida em que permitiu a transferência de capital das atividades tradicionais para a nova indústria nascente, ao mesmo tempo que mantinha um sistema de liquidez para estes ativos próprios de Bolsa de Valores.

O crack da Bolsa se deu por vários motivos. Um deles é, evidentemente, a ânsia de ganhos que, no primeiro momento, sobretudo para aqueles que não estavam habituados ao jogo da especulação, pareciam certos e líquidos e afastava qualquer sentimento de dúvida ou de prudência. Este é o pressuposto de qualquer movimento especulativo. Outra razão era a ignorância de muitos dos investidores sobre os mecanismos do mercado bursátil, que não pode ser diminuída, pois os transformou em vítimas dos "lobos" da bolsa. Aliás, esta ignorância não era um atributo apenas dos investidores, mas também de outros setores da sociedade. Veja-se o relato de Levy sobre esta questão:

"Fica, todavia, bastante evidente, pelas manifestações dos cronistas do Encilhamento que, de fato, nem a opinião pública nem eles próprios era capazes de compreender perfeitamente o mercado de ações. As aberrações sociais, as fortunas feitas da noite para o dia, a miséria de famílias tradicionais, a mobilidade social, enfim, parece caracterizar tudo o que foi escrito no período.

"Não existia uma compreensão dos fenômenos relativos ao comportamento do mercado e à desorientação dos jornalistas, que informavam o homem comum sobre os acontecimen

tos, incapacitava-os de imprimir qualquer sistematização no tratamento do problema. A emissão e subscrição de ações eram frequentemente confundidos com o momento das transações da Bolsa propriamente dito. Pode-se afirmar com bastante segurança que a grande maioria dos críticos e dos participantes do Encilhamento nunca chegaram a conhecer a distinção entre os dois momentos do processo".
(66)

A Tabela 10 traz alguns indicadores muito elucidativos sobre a negociação em Bolsa no período. Destaca-se o grande volume de papéis negociados de bancos e de empresas de transportes, tanto em volume físico como em quantidade de recursos. Nota-se claramente, pelos totais, a ascensão de 1890 para 1891 e, subsequentemente, queda de 1891 para 1892.

Paralelamente à especulação com títulos, ocorria nas praças exportadoras uma seletiva, porém não menos frenética, especulação cambial. Relata Levy:

"Logo após o mercado ter se retraído, entre 1892/93, a atividade especulativa passou a agir no mercado de câmbio. O vulto das transações era bem maior que o do Encilhamento, apesar dessa atividade não ter jamais envolvido população menos informada. Era um jogo de especialistas

(66) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro,
Págs. 163-165.

TABELA 10

Número de Companhias e Frequência de Negociações por Setor de Atividade

SETOR \ ANOS	1 8 9 0				1 8 9 1				1 8 9 2				1 8 9 3			
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
Bancos	43	37,7	2.350	51,2	25	41,0	2.230	33,4	14	35,0	2.740	80,2	16	35,6	1.147	65,6
Seguros	7	6,1	50	1,1	2	3,3	10	0,1	3	7,5	15	0,4	5	11,1	30	1,7
Tecidos	10	8,8	115	2,5	5	8,2	25	0,4	3	7,5	25	0,7	5	11,1	45	2,6
Alim. e Bebidas	3	2,6	45	1,0	2	3,3	5	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Constr. Civil	5	4,4	35	8	5	8,2	155	2,3	2	5,0	20	0,6	3	6,7	20	1,1
Transportes	22	19,3	1.601	34,9	7	11,5	3.585	53,7	9	22,5	405	11,9	8	17,8	400	22,9
Serviços Públicos	8	7,0	100	2,2	6	9,9	585	8,8	3	7,5	155	4,5	5	11,1	80	4,6
Construção Naval	1	0,9	1	0,0	1	1,6	20	0,3	1	2,5	15	0,5	-	-	-	-
Recreação e Esport.	3	2,6	25	0,5	1	1,6	5	0,1	1	2,5	10	0,3	-	-	-	-
Colonização	2	1,8	85	1,9	1	1,6	10	0,1	1	2,5	5	0,1	-	-	-	-
Extração Mineral	2	1,8	55	1,2	-	-	-	-	2	5,0	20	0,6	1	2,2	15	0,9
Agropecuária	-	-	-	-	3	5,0	25	0,4	1	2,5	5	1,2	-	-	-	-
Comércio	3	2,6	10	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4,4	10	0,6
Madeiras	-	-	-	-	1	1,6	5	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Vestuário	1	1,6	5	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gráfica	-	-	-	-	1	1,6	5	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Não identificadas	5	4,4	115	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	114	100	4.587	100	61	100	6.670	100	40	100	3.415	100	45	100	1.747	100

NOTA: A= número de negociações com os títulos do setor durante um período; B= participação relativa nas negociações com títulos do setor sobre o total em percentual; C= volume das negociações com títulos do setor em mil-réis; D= participação relativa ao volume do setor sobre o total em percentual.

FONTE: LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Pág. 174.

tas, especuladores que de fato conheciam o mercado no qual atuavam. A especulação cambial foi por esta razão, muito mais sofisticada que o Encilhamento e mais desconhecida para o historiador." (67)

A Tabela 11 confirma as posições da autora, pois em alguns momentos a negociação cambial superou em mais de dez vezes o volume transacionado com ações, debêntures e letras hipotecárias.

TABELA 11
Volume de Negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

(em 1:000\$000)			
TÍTULOS ANOS	CAMBIAIS	TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	AÇÕES, DEBÊNTURES E LETRAS HIPOTECÁRIAS
1894	621.430	38.325	57.793
1895	423.300	54.989	30.732
1896	28.809	48.797	31.266
1897	88.121	39.910	30.762
1898	185.297	50.303	32.078
1899	247.741	48.489	35.086
1900	615.036	31.887	20.434
1901	527.102	60.744	24.012
1902	381.018	62.347	31.202
1903	174.692	77.700	30.326
1904	102.907	74.462	27.027

cont.

(67) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Pág. 279.

1905	286.444	86.001	31.715
1906	192.781	59.581	26.291
1907	99.567	56.618	34.334
1908	79.130	60.576	32.948
1909	71.802	43.570	36.355
1910	70.928	49.589	59.626
1911	7.447	76.883	70.361

Fonte: LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Pág. 280.

Suzigan fez a seguinte sintetização para a compreensão das flutuações cambiais:

"a) manipulações especulativas por parte dos bancos particulares. Acumulando saldos especulativos, forçavam a desvalorização cambial em ocasiões de escassez de divisas; conquanto o Banco do Brasil tenha exercido papel regulador do mercado cambial desde 1895, procurando evitar as flutuações pelo oferecimento de saques nas ocasiões de falta e comprando nos momentos de excesso de cambiais, somente com a fiscalização das operações cambiais, decretadas a partir de 1918, seriam as operações especulativas diminuídas e lentamente eliminadas;

b) irregularidade da entrada no mercado das cambiais de exportação determinando um excesso de oferta nos

períodos de safra, principalmente do café, e escas
sez nas entressafras;

- c) O impacto das compras do Governo: necessitando cam
biais para o pagamento do serviço e amortização da
dívida externa, além de outras despesas, o Governo
(...) efetuava a compra de uma só vez em épocas de
terminadas, e o que é pior, o Governo se constituía
sempre no maior comprador do mercado, alegando-se fre
quentemente serem as suas compras a origem das varia
ções cambiais;
- d) O próprio comércio importador que, ante às flutuações
da taxa cambial, buscava ganhos especulativos na im
portação de mercadorias conquanto a longo prazo fos
sem as importações desestimuladas pela depreciação
cambial." (68) Grifos do autor.

Das quatro causas principais de desvalorização apontadas por Suzigan, não há dúvida que as compras do Governo era o busilis da questão. Convém lembrar que eram os bancos estrangeiros, sobre tudo os britânicos, os que detinham o monopólio das transações cam biais. O Governo era responsável por um endividamento externo que frequentemente exigia gastos anuais iguais ou superiores ao saldo da balança comercial, que oscilava em função do preço do café, ha

(68) SUZIGAN, Wilson. Política Cambial Brasileira - 1889-1946. Revista Brasilei
ra de Economia. Rio de Janeiro, 25(3):93/111. Jul/Set 1971. Págs. 95-96.

vendo, em consequência, quando não ocorria entrada de novos capitais, desequilíbrios da balança de pagamentos. (69)

A meu ver, a causa preponderante da queda da taxa de câmbio do período em questão não é um mero subproduto da expansão monetária. Aceitar esta hipótese é esconder pontos importantes que determinam a questão. O fato das cambiais entrarem na safra e serem demandadas ao longo do ano por importadores, mas sobretudo o fato do Governo, em dia marcado e sabido, entrar no mercado comprando elevadas quantias para suprir as suas necessidades, permitia uma oportunidade de ouro aos especuladores e banqueiros internacionais de se apropriarem de uma fatia ponderável do excedente via gastos governamentais com a variação cambial. Esta é a questão determinante que só foi superada com a funding loan de 1898 e a quota-ouro imposta na alfândega de 10% aos produtos importados.

Em síntese, Rui Barbosa, com suas reformas, tentou dar ao Brasil uma estrutura de financiamento compatível com o desenvolvimento das forças produtivas. O desenrolar dos acontecimentos, no entanto, mostrou um movimento especulativo que durou até 1898, quando Campos Salles torna-se Presidente e faz Joaquim Murinho o seu Ministro da Fazenda. Este movimento especulativo estava ligado à

(69) "É apenas quando coincidem temporariamente retração da demanda externa do café, com a consequente contração da receita em divisas, et pour cause, que da da receita governamental com a contração das importações, aumento ou mesmo simples continuidade do serviço da dívida externa e em consequência déficit das receitas correntes do Governo, que se impõe a desvalorização cambial." OLIVEIRA, Francisco. A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias (...). Pág. 400.

própria infância do capitalismo, onde os agentes da especulação, os investidores, e até mesmo a imprensa, desconheciam os mecanismos do mercado de títulos.

Já a especulação cambial tem outras causas, sendo as principais: 1) a crescente dívida externa do Governo que o tornava o maior comprador de cambiais para as suas remessas ao exterior e 2) o fato do Governo adotar uma única data durante o ano para comprar cambiais, o que literalmente o transformava numa fonte de ganhos para os banqueiros internacionais.

"Com as operações cambiais, os bancos estrangeiros detinham uma margem de lucro fabulosa (...) Os bancos estrangeiros forçavam a alta do câmbio na época da safra, principalmente entre setembro e outubro. Nesse período, os banqueiros compravam mais barato os saques pagos em ouro sobre a praça do Rio, já que os fazendeiros e intermediários precisavam fazer dinheiro. Passada essa época, os bancos especulavam com as reservas-ouro de suas matrizes, forçando o comércio importador a pagar maior quantidade de papel pela mesma quantia de ouro, ou seja, provocavam baixa cambial. Especulavam, pois, com a oscilação das taxas." (70)

Curiosamente, até mesmo monetaristas como Peláez reconhece

(70) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Pág. 287.

a necessidade das reformas de Barbosa:

"Rui Barbosa não estava inteiramente errado ao tentar estabelecer bancos de investimentos no Brasil. É mais adequado criticar o abuso e a falta de regulamentação cuídada da legislação do que a carteira dos bancos. Afinal, mais do que a legislação bancária, a Lei de 17 de janeiro foi uma Lei de Sociedades Anônimas. (...) Mas mudanças institucionais eram necessárias para o desenvolvimento do indústria e de atividades econômicas outras que culturas comerciais. Sob este aspecto a administração de Barbosa foi mal compreendida." (71)

3.2- Murtinho e o Funding Loan

A deterioração do quadro geral da economia brasileira apresentava os seguintes fatos: o câmbio aviltado e em descenso; déficit orçamentário cada vez maior; a produção urbana estagnada pelos donos sofridos na paralização dos seus negócios; os bancos nacionais abalados pela especulação; e as emissões do Tesouro aumentadas pela Revolução Federalista do Rio Grande do Sul e pela Campanha de Canudos.

As obrigações com os banqueiros no exterior exigiam pagamento em ouro, e a taxa de câmbio prevista no orçamento tinha sido

(71) PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. Pág. 18.

violentamente alterada no momento em que o Governo deveria responder por suas dívidas.

A queda de preços do café, externamente, causava deterioração nas relações de troca, e, conseqüentemente, tinha impacto negativo sobre a renda nacional.

A impossibilidade prática do Governo pagar os compromissos externos e a eleição de um novo Presidente (Campos Sales) comprometido com os interesses do imperialismo, levaram o Governo a assinar um funding loan (consolidação), com diversas cláusulas contratuais, conforme o relato que segue:

"Por este ato, o Governo Brasileiro reconhecia não poder pagar os juros e a amortização da dívida no exterior, bem como as garantias de lucros a favor de diversas estradas de ferro. De acordo com o plano dos banqueiros, submetia os aludidos compromissos ao seguinte regime: esses juros e garantias, durante três anos, seriam pagos com títulos de 5% em ouro, emitidos à medida que ocorressem os respectivos vencimentos, suspendendo-se as amortizações até 30 de junho de 1911. O valor máximo que essa emissão deveria atingir foi fixado em 10 milhões de libras, tendo por garantia a hipoteca das rendas da Alfândega do Rio de Janeiro, e, acessoriamente, as das outras Alfândegas do Brasil. O tipo era ao par e as amortizações semestrais, durante 63 anos, a partir de 1911. Os juros seriam pagos na Europa por intermédio de determinados banqueiros e os

fundos destinados a este fim deveriam estar em Londres, no mínimo, 15 dias antes do vencimento. Até julho de 1911, nenhum outro empréstimo poderia ser feito, sem ser referendado pela Casa Rothschild, reservando-se, porém, o Governo, o direito de resgatar em qualquer tempo, ao par, os títulos emitidos em conformidade com este contrato. A partir de 1899, e à medida que fosse emitindo os títulos, o Governo ficava obrigado a depositar o valor dos mesmos em papel-moeda, ao câmbio de 18 d., no London and River Plate Bank, no London and Brazilian Bank e no Brasilianische Bank für Deutschland. Este papel deveria ser retirado de circulação e destruído, ou empregado em letras de câmbio, a taxas mais favoráveis, para formar na Casa Rothschild um fundo destinado à continuação dos pagamentos, na ocasião oportuna." (72)

A proposta foi elaborada por um dos diretores do London and River Plate Bank, Sr. Edward Tootal, aceito pelo Governo brasileiro com pequenas alterações. O contrato foi assinado pelo Presidente eleito, Campos Sales, durante a visita a Londres antes de assumir a Presidência do Brasil.

O que era subjacente à política econômica posta em andamento por Murtinho era a idéia de que o Governo deveria visar não só a estabilidade dos preços e de câmbio, mas também ao retrocesso

(72) LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Pág. 305.

dos níveis absolutos dos preços e da taxa de câmbio, ou seja, tentava-se e, realmente conseguiu-se, a deflação.

"Durante os dois primeiros anos da gestão de Murtinho no Ministério da Fazenda (1889-1900)", relata Paulo Neuhaus, "a base monetária (...) caiu em 5,9% e 4,6%, a redução da oferta de moeda foi de 5,0% e 3,8% e a do nível de preços em 14,4% e 15,7%. Não havendo estimativas do produto real anteriores a 1900, a avaliação do impacto da deflação sobre a atividade econômica deve restringir-se a evidências empíricas qualitativas. O Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio, por exemplo, observou que a retração do ambiente comercial do Rio de Janeiro, tal como de observava em 1900, não havia sido presenciada desde os últimos 25 anos. O mesmo clima de pessimismo, provavelmente, ocorria no resto do país." (73)

TABELA 12

Brasil - Despesas do Governo Federal Segundo Categorias Econômicas
1890-1913

ANOS	CONSUMO	SUB SÍDIOS	TRANSFE RÊNCIAS	DÍVIDA PÚBLICA	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	AQUISIÇÃO DE ATIVOS EXISTENTES	TOTAL
1890	60,8	1,3	2,2	24,7	10,8	0,2	100
1891	64,6	1,6	3,0	23,0	7,8	0,0	100

cont.

(73) NEUHAUS, Paulo. História Monetária do Brasil - 1900-1945, Rio de Janeiro, IBMEC, 1975, Pág. 18.

1892	68,9	1,0	2,6	18,5	9,0	0,0	100
1893	69,2	0,7	2,7	19,7	7,7	-	100
1894	78,7	0,7	2,4	13,0	5,2	0,0	100
1895	72,8	0,7	2,8	17,5	6,2	-	100
1896	74,0	1,0	2,7	16,1	6,2	-	100
1897	76,1	0,8	2,8	17,1	3,2	0,0	100
1898	41,1	0,4	1,6	53,2	3,7	-	100
1899	61,6	1,0	3,9	21,6	5,9	6,0	100
1900	52,7	0,6	2,7	41,5	2,5	-	100
1901	65,3	0,8	3,6	27,5	2,6	0,2	100
1902	62,6	0,8	4,4	28,5	3,6	0,0	100
1903	55,5	0,7	3,5	25,3	9,0	6,0	100
1904	42,3	0,7	3,0	23,3	16,6	14,1	100
1905	55,1	0,8	3,7	25,9	14,2	0,3	100
1906	57,3	0,6	3,4	24,9	13,6	0,1	100
1907	55,8	0,5	3,0	20,7	19,8	0,2	100
1908	57,8	0,4	3,2	20,7	15,5	2,3	100
1909	58,8	0,3	3,3	24,6	13,0	-	100
1910	51,3	0,5	2,9	27,1	18,2	0,0	100
1911	55,7	0,4	3,2	20,4	20,3	0,0	100
1912	51,8	0,4	4,0	18,3	24,0	1,5	100
1913	51,5	0,3	4,8	21,6	21,8	0,0	100

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1945

Pág. 414.

Não há dúvidas quanto ao caráter impopular da subserviência integral aos credores internacionais. Seguramente, o País viveu dramáticos momentos, cujo clímax foi o pânico bancário de 1900. É interessante vermos a versão oficiosa dos acontecimentos por um cronista da época comprometido com o governo:

"Ia inaugurar-se um período de duros sacrifícios. Constitui título de honra da Presidência Campos Sales, especialmente de seu Ministro, Joaquim Murtinho, não haver cedido um só instante e desafiado a impopularidade, que chegou à rebelião, para colocar o Brasil em condições de apresentar-se de cabeça erguida diante de seus credores".

Mais adiante:

"Durante toda a Presidência Campos Sales, os espíritos não foram desarmados e vieram provocar verdadeiras rebeliões. A princípio foi o comércio, pela extensão dada ao imposto de consumo e o sistema draconiano escolhido para arrecadá-lo. Reclamações feitas ao Governo em termos agressivos não foram admitidas, justamente por isso; e desde então, travou-se uma luta pessoal e sistemática entre o Presidente e as classes produtoras, injusta e profundamente antipática aos olhos de juízes imparciais, não imbuídos das paixões do momento, pois esse Presidente e seu Ministro da Fazenda prestaram ao País inteiro o mais eminente dos serviços que se poderia almejar: o restabelecimento da ordem nas finanças e a reabilitação do

crédito no Brasil." (74) Grifos meus.

O Governo Campos Sales/Murtinho pode ser considerado o maior retrocesso em termos econômico-financeiros da História da República. Não bastasse a retração monetária, que em si já traria grandes dificuldades para as atividades produtivas, à época sempre carente de crédito e de numerário, a falência do sistema bancário e a quase falência do Banco do Brasil trouxe problemas sérios, não para desenvolver a economia, que isso nem se cogitava, mas para aquilo que já existia e que sofreu um terrível recuo.

Do ponto de vista financeiro, foi uma incondicional rendição aos desejos dos banqueiros ingleses, que impunham a nível mundial os preceitos do padrão-ouro. Isto significava, como já foi anteriormente discutido, o atrelamento da economia brasileira a uma determinada divisão internacional do trabalho, que não criava condições, do ponto de vista financeiro, para o surgimento da grande indústria no Brasil.

Curiosamente, não foram autores de esquerda que, através da pesquisa histórica, vieram a reconhecer o caráter francamente reacionário do Ministério Murtinho. Ao contrário, até recentemente era lugar-comum afirmar que o Governo de Campos Sales aquele que

(74) CALÓGERAS, João Pandiá. A Política Monetária do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1960. Págs. 329 e 355.

colocou ordem nas finanças para que a economia crescesse. (75) Foi um autor de filiação teórica neoclássica, Carlos Manuel Peláez, num corajoso e vigoroso ensaio, (76) que fez a reconstituição do papel que o Governo Murtinho teve no atraso relativo do desenvolvimento industrial do Brasil.

O que é fascinante no trabalho de Peláez é que a sua pesquisa tinha o propósito de construir uma interpretação alternativa da história econômica do Brasil, sobretudo o papel desempenhado pelo café, em oposição à única que então existia: a histórico-estruturalista, que engloba as interpretações da CEPAL, do ISEB e do PCB. Mas Peláez foi mais além, pois a par de construir uma alternativa teórica de interpretação da economia brasileira e do papel do setor cafeeiro, descobre e denuncia com o vigor de uma linguagem polêmica, sem fazer concessões, o grande entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro representado pelos que conduziam a política econômica do país, quase todos filiados à chamada "escola da ortodoxia monetária" e seguidores das políticas de Joaquim Murtinho.

(75) É ilustrativo dessa posição a seguinte passagem de um autor que tem exercido grande influência no pensamento de esquerda no Brasil:

"O acordo resolvia momentaneamente a angustiosa situação financeira do país. Desafogavam-se o Tesouro Público e o mercado cambial; renascia a confiança perdida no descalabro dos anos anteriores. Era possível iniciar uma política enérgica de restauração, condição aliás imposta pelos credores e que obrigará o país a sacrifícios consideráveis."

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979, pág. 222.

(76) PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945.

"Por estranho que se possa parecer", afirma Peláez, "geralmente se louva Murtinho e a escola da ortodoxia monetária pelo estímulo que dispensaram à industrialização. Numa perspectiva histórica, o que a ortodoxia monetária conseguiu foi precisamente a frustração e o atraso da industrialização. A restrição do crédito pela redução da oferta de moeda é, na realidade, a frustração da industrialização e do desenvolvimento. E a despeito dos preconceitos raciais de Murtinho, do exame dos documentos da época se infere que o Brasil tinha os recursos necessários à industrialização." (77) Grifos meus.

Mais ainda:

"O Ministro Murtinho enfatizou que os brasileiros eram inferiores em raça e força aos norte-americanos. Por isso, o desenvolvimento industrial não era possível no Brasil. Suas opiniões são bastante questionáveis. Na realidade, pode-se argumentar que a consequência econômica do Ministério Murtinho foi o atraso do desenvolvimento industrial realmente possível, que se realizou no pós-guerra. A história tem sido realmente boa demais com as políticas desperadas e confusas do período de 1898-1902." (78) Grifos meus.

(77) PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. Pág. 29.

(78) PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. Pág. 10.

Não é possível minimizar a importância dessas palavras, sobretudo partindo de um descendente direto, a nível teórico, de Murtinho, e militando no meio intelectual que sempre foi o guardião da ordem monetária do país, a FGV do Rio de Janeiro e o IPEA. Suas palavras foram tão contundentes que o então redator-chefe da RBV - Revista Brasileira de Economia, onde foi publicada, fê-lo inserir um postscriptum, com o propósito de reduzir ou amenizar a contundência de suas críticas. Mas ele não mudou um singular sequer no texto original, o que prova a sua honestidade intelectual, e é até engraçado, visto de hoje, um texto tão denso com um trecho tão fora de lugar.

Depois do que foi citado acima, podemos ler no dito postscriptum:

"O propósito deste postscriptum é acusar minha dívida para com o Dr. Nogueira, apresentar suas críticas e remover os erros, concordando com ele.

O Dr. Nogueira ressaltou que esta monografia é injusta com a reputação histórica de Rodrigues Alves, Bulhões e Murtinho. Na época em que eles viveram, a macroeconomia moderna não era conhecida e a ortodoxia era comumente seguida, mesmo nos países mais industrializados. Conquanto eu concorde com o Dr. Nogueira que este é um problema importante para esta monografia, ele encontrará correção automática com a publicação, no próximo número, da mono

grafia sobre café." (79) Grifos meus.

Não é preciso dizer que este texto não corrigiu o que ele descobriu, mesmo porque o teor e a profundidade de seu trabalho não mais poderiam ser refeitos.

Evidentemente que discordo tanto da linha teórica quanto da argumentação de Peláez. É claro que ele dissecou o raciocínio econômico e os argumentos absurdos utilizados por Murtinho e seus epígonos. "Era na realidade", afirma Peláez, "um caso de insanidade monetária e um obstáculo sério ao crescimento econômico. Sob muitos aspectos, Murtinho era apenas um mercantilista confuso." (80) Grifo do autor.

Peláez, no entanto, não levou às últimas consequências as suas descobertas porque o corpo teórico que utiliza não lhe permitiu sair de uma visão "técnica" do econômico. Se é verdade que as políticas econômicas ortodoxas não permitiram o desenvolvimento, isto é apenas uma constatação de fato. Não é a raiz do problema. É a sua superfície.

O esquema teórico que Peláez utiliza foi sistematizado em

(79) PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. Pág. 10

(80) PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. Pág. 31.

uma obra posterior ⁽⁸¹⁾. O seu pensamento é uma miscelânea de Fridman-Schwartz-Cagan (a covariância entre moeda e atividade econômica), Cameron (a observação do fato de o desenvolvimento econômico dos atuais países desenvolvidos ter sido acompanhado pela diversificação e crescimento das instituições financeiras) e Gerschenkron (a classificação do atraso relativo dos países que se desenvolveram e a constatação de que quanto maior o atraso de uma economia, mais importante se torna a provisão de capital para novas indústrias feitas pelas instituições financeiras). ⁽⁸²⁾

A grande questão não está em saber que as políticas econômicas determinaram o atraso. A questão central é saber o que determinou a adoção destas políticas; qual era o jogo de interesses da época, como os atores sociais se debatiam no cenário da história, enfim, qual era a correlação de forças políticas que tornou possível, naquele momento, apenas aquela solução.

Peláez peca, fundamentalmente, por tratar o econômico como uma coisa meramente manipulável a nível da ciência econômica em

(81) PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil. Pág. 11 e seguintes.

(82) FRIDMAN, MILTON & SCHWARTZ, Anna Jacobson. A Monetary History of the United States - 1867-1960, Princeton, Princeton University Press, 1963.

CAGAN, Phillip. Determinants and Effects of Changes in the Stock of Money, 1875-1960. New York, Columbia University Press, 1965.

CAMERON, Rondon E. Banking in the Early Stages of Industrialization. New York. Oxford University Press, 1967.

GERSCHENKRON, Alexander. Economic Backwardness in Historical Perspective. Cambridge, Mass., 1962.

cima de objetivos possivelmente desejáveis. A realidade está longe disso. O que determina a política econômica é o controle do Estado por grupos sociais com interesses definidos. Naquele momento, Mur^utin^ho personalizava a aliança de interesses entre os setores domiⁿⁱnantes da sociedade brasileira com o imperialismo inglês. É até irônico aqui repetir as próprias palavras de Peláez:

"Com toda justiça, deve-se enfatizar que Murtinho não foi o autor original dessa medida" (o funding loan). "O pla^{no} foi elaborado pelo Sr. Tootal, um dos diretores do London and River Plate Bank". (83)

Para compreender estas decisões de política econômica, te^{ria} sido necessário compreender o padrão de acumulação do capita^{li}smo mundial, a divisão internacional do trabalho e a inserção do Brasil no contexto mundial. Mais ainda, teria, como bem fizeram os economistas da escola de Campinas, que ter compreendido as rela^{ções} internas da economia brasileira e suas contradições.

Na verdade, Peláez tinha por objetivo criar uma teoria alternativa para o pensamento estabelecido das esquerdas, a conhe^{re}

(83) PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. Pág. 34.

cida visão histórico-estruturalista. E construiu. (84) Ele não economizou adjetivos mordazes e, por vezes, cáusticos, em tratar Celso Furtado e todos aqueles que seguem esta linha de pensamento. E não é por acaso. Os intelectuais de direita só lograram construir uma história econômica à luz de suas doutrinas para o Brasil depois de mais de vinte anos de as esquerdas terem elaborado as suas.

O que Peláez pretende é criticar a teoria que a esquerda produziu e é simplesmente espantoso que não tenha recebido re

(84) Curiosamente, o único autor que deu alguma importância ao trabalho de Peláez foi Francisco de Oliveira, no citado trabalho A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias. O próprio Chico, em outro trabalho (Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, Petrópolis, Vozes, 1981, 4ª edição), afirma:

"Nenhum dos economistas conservadores anti-CEPAL, na América Latina e no Brasil, conseguiu produzir obra teórica; seus escritos são apenas ocasionais, 'ora de um, ora de outro lado da cerca'". Pág. 11, nota 3.

Evidentemente que não concordamos com esta afirmação.

Outros trabalhos recentes também simplesmente ignoraram a produção intelectual de Peláez. Veja-se, por exemplo, Luiz Carlos Bresser Pereira, num oportuno ensaio intitulado "Seis Interpretações sobre o Brasil" (publicado como capítulo 1º do Livro Pactos Políticos - Do Populismo à Redemocratização, São Paulo, Braziliense, 1985) não faz nenhum comentário sobre este autor, embora tenha pretendido "fazer uma análise (...) da evolução das interpretações fundamentais sobre essa realidade (brasileira)". (Pág. 15).

Guido Mantega (A Economia Política Brasileira, São Paulo, Poli-Vozes, 1984) traça um painel histórico da produção teórica das esquerdas, analisando-as desde as suas raízes. Seu trabalho aborda até o final dos anos 60, não incluindo as contribuições de Peláez.

plica pelas afirmações, por vezes inverídicas, que fez em todos os seus trabalhos. O pior é que, mais uma vez, Peláez não conseguiu ser completo, pois fez críticas ao pensamento da esquerda em cima dos trabalhos originais de Furtado (sobretudo o famoso Formação Econômica do Brasil), sem atentar que, a partir de 1966, foi feita a crítica da CEPAL pelas próprias esquerdas e ele pegou este processo em marcha, quando a efervescência intelectual nesse meio era extremamente viva. Curiosamente, mesmo em trabalhos mais recentes ⁽⁸⁵⁾, ele desconhece toda a contribuição intelectual das esquerdas produzida do final dos anos sessenta e todo o decorrer dos anos setenta.

Do ponto de vista intelectual, Peláez não foi nada coerente ao afirmar que Celso Furtado defendeu as políticas econômicas de Murtinho. ⁽⁸⁶⁾ O seguinte trecho de Furtado é mais do que resposta às levianas observações de Peláez:

"O político brasileiro, com a formação de economista, estava preso por uma série de preconceitos doutrinários em matéria monetária, que eram as regras do padrão-ouro. Na moeda em circulação no Brasil via-se apenas o aspecto 'patológico', ou seja, sua 'inconvertibilidade'. E ao tentar aplicar a essa moeda 'inconvertível' as regras do padrão metálico — particularmente aquelas que derivavam

(85) PELÁEZ, Carlos Manuel. História Econômica do Brasil - Um Elo entre a teoria e a Realidade Econômica. São Paulo, Atlas, 1979.

(86) PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. Pág. 9, nota 6.

da teoria quantitativa — era levado a afastar-se mais e mais da realidade. Ao historiador das idéias econômicas no Brasil não deixará de surpreender a monótona insistência com que se acoima de aberrativo e anormal ... tudo que ocorre no país: a inconvertibilidade, os deficits, as emissões de papel-moeda. Essa 'anormalidade' secular não chega, entretanto, a constituir objeto de estudo sistemático. Com efeito, não se faz nenhum esforço sério para compreender tal anormalidade, que em última instância era a realidade dentro da qual se vivia. Todos os esforços se gastam numa tarefa que a experiência histórica demonstrava ser vã: submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Esse enorme esforço de mimetismo — que derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina que não tinha fundamento na observação da realidade — se estenderá pelos três primeiros decênios do século XX." (87)

Como se vê, Furtado intuitivamente abre caminho para interpretações similares à de Peláez. Mas dizer que ele elogiou a atuação de Murtinho é uma inverdade.

Todo o esforço de Peláez é dirigido no sentido de determinar os fatores que não permitiram o Brasil se desenvolver antes de 1945. Um dos fatores, já analisado, foi a ortodoxia monetária

(87) FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Editora Nacional, 1979, 16ª edição. Pág. 160.

dos governos que se sucederam. A outra explicação está na política cafeeira e cuja interpretação, aí sim, colide frontalmente com aquelas criadas e inspiradas posteriormente por Celso Furtado. A análise do Acordo de Taubaté que faremos na sequência, colocará esta candente questão em debate.

A evolução dos indicadores apresentados nas tabelas 12 a 16 mostram que objetivamente teria sido muito difícil uma alternativa, à época, à submissão dos banqueiros internacionais. O Estado estava literalmente falido (em 1898 os gastos com a Dívida Pública absorveram 53,2% das despesas do Governo Federal e o déficit representou, naquele ano, nada menos que 106,2% das receitas). Numa economia cujo pólo dinâmico e mais importante era o setor exportador, e cuja comercialização e financiamento estavam nas mãos do imperialismo, não se sujeitar às regras por ele impostas significaria a exclusão (não considerando os recursos bélicos do imperialismo para impor sua vontade) do mercado mundial, o que equivale dizer, a falência do setor exportador e, portanto, da economia como um todo. De onde se conclui que a elite brasileira, ao capitular, fê-lo tanto pela fraqueza de não poder resistir quanto pelo instinto de sobrevivência. A não aceitação do acordo poderia trazer um retrocesso histórico ainda de maior gravidade.

Paradoxalmente, o acordo, não obstante submetesse inteiramente o Estado e a economia às regras dos banqueiros, que evidentemente retirava as condições propícias para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, concomitantemente estancou um dos sorvedouros do excedente aqui produzido pelos agentes do imperialismo

O acordo impunha a criação de um imposto em ouro para retirar o governo do mercado cambial. Ao mesmo tempo, adiava até 1911 o pagamento do principal. O que se viu, na sequência, foi a valorização do câmbio, que para um observador menos avisado poderia ser obra apenas do enxugamento do meio circulante. O que determinou a valorização do câmbio foi a saída do governo do mercado, entrando o enxugamento monetário como medida acessória, que no fundo só veio atrapalhar os meios financeiros e, no limite, provocar o pânico bancário de 1900. Em suma, veio destruir os mecanismos de financiamento necessários à transferência de capital dos setores tradicionais para a indústria nascente. Esta é, a meu ver, a mais trágica consequência das medidas de 1898.

TABELA 13

Governo Federal - Dívida Pública - 1890-1913

Cr\$ 1,00

ANOS	Externa				Interna				TOTAL (1 + 2)	JUROS DE EMPRESTÍ- MOS DO COFRE DE ÓRGÃOS	JUROS DE DEPÓSITOS DAS CAIXAS ECONOMICAS	TOTAL GERAL
	AMORTI- ZAÇÃO	JUROS	COMISSÕES E CORRE- TAGENS	TOTAL (1)	AMORTI- ZAÇÃO	JUROS	COMISSÕES E CORRE- TAGENS	TOTAL (2)				
1890	5 294	25 152	926	31 372	-	21 062	-	21 062	52 062	639	1 481	54 554
1891	3 601	18 925	152	22 678	1 070	24 435	49	25 354	48 232	433	2 165	50 830
1892	3 278	20 321	173	23 772	19 083	4 942	134	24 159	47 941	457	3 240	51 628
1893	12 447	20 373	151	32 971	19 245	2 746	182	22 173	55 144	596	3 579	59 319
1894	2 536	20 814	120	23 470	-	21 122	667	21 789	45 259	578	2 485	48 322
1895	1 707	21 865	607	24 179	99	29 427	2 335	31 861	56 040	585	3 933	60 558
1896	2 840	24 381	237	27 458	23 834	4 943	36	28 813	56 271	565	2 624	59 460
1897	1 815	25 753	155	27 723	23 820	6 711	1 666	32 197	59 920	623	4 243	64 786
1898	1 925	25 145	277	27 347	314 166	8 459	579	323 204	350 551	626	3 933	355 110
1899	-	25 465	359	25 854	-	32 498	68	32 566	58 420	531	4 855	63 806
1900	-	47 723	835	48 558	89 207	36 045	9	125 261	173 819	521	5 241	179 581
1901	-	51 585	2 285	53 870	-	32 778	8	32 786	86 656	554	4 840	92 050
1902	-	10 991	416	11 407	6 000	61 211	8	67 219	78 626	636	5 644	84 906
1903	578	51 211	548	52 347	-	31 685	386	32 071	84 418	472	6 628	91 518
1904	-	56 639	408	57 047	6 000	37 294	8	43 302	100 349	400	7 423	108 172
1905	2 680	52 689	1 089	56 458	-	32 608	8	32 616	89 074	422	7 456	96 952
1906	1 988	57 414	624	60 026	6 000	31 522	8	37 530	97 556	496	7 729	105 781

cont.												
1907	639	57 050	619	58 308	6 000	34 561	9	40 570	98 878	470	8 734	108 082
1908	1 904	62 376	640	64 920	1 904	28 566	196	30 666	95 586	364	9 614	105 564
1909	13 076	67 902	104	81 082	7 939	29 754	924	38 071	119 153	430	8 036	127 619
1910	17 170	96 764	1 527	115 461	7 068	37 239	8	44 315	159 776	324	8 861	168 961
1911	5 003	81 625	1 137	87 765	10 275	29 059	8	39 348	127 107	331	11 068	138 506
1912	20 482	76 172	865	97 519	1 235	34 700	55	35 990	133 509	322	10 186	144 017
1913	77 413	15 445	391	93 249	10 249	26 378	8	36 952	130 201	304	8 301	138 806

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova e SUZIGANm Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Pág. 422

TABELA 14

Brasil - Papel-Moeda Emitido e Indicador de Preços
e Taxa Cambial - 1889-1913

ANO	PAPEL-MOEDA EMITIDO	PREÇOS-ÍNDICES 1919 = 100	TAXA DE CÂMBIO (MIL-REÍ\$ (CR\$)/£ESTER.)
1889	211	15,6	9,077
1890	298	16,8	10,638
1891	448	21,5	16,097
1892	524	30,8	19,950
1893	632	32,9	20,708
1894	712	31,9	23,786
1895	678	30,2	24,814
1896	712	38,6	26,490
1897	780	45,8	31,088
1898	780	48,3	33,380
1899	734	47,4	32,258
1900	700	41,1	25,263
1901	680	33,8	21,304
1902	676	31,2	20,237
1903	675	31,8	20,184
1904	674	33,7	19,819
1905	669	30,2	15,238
1906	702	36,8	14,971
1907	744	34,9	15,917
1908	724	35,7	15,983
1909	854	33,9	15,983
1910	925	31,5	14,927
1911	982	35,1	15,044
1912	1 004	37,9	15,000
1913	897	37,2	15,044

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889-1945.

Págs. 412 e 424

TABELA 15

Brasil - Dívida Externa e Balança Comercial - 1889-1913

ANOS	SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1000 £)	DÍVIDA EXTERNA (1000 LIBRAS)		
		NOVOS EMPRESTIMOS	PAGAMENTOS	SALDO EM CIRCULAÇÃO (*)
1889	4 550	19 837	9 028	31 104
1890	2 363	-	1 527	30 897
1891	1 571	-	1 627	30 578
1892	4 552	-	1 694	30 180
1893	5 792	3 710	2 720	33 487
1894	3 345	-	2 006	32 929
1895	3 374	7 442	3 094	39 817
1896	453	1 000	2 439	40 203
1897	2 893	2 000	3 710	40 460
1898	1 483	8 614	2 652	47 500
1899	2 982	-	1 571	46 303
1900	11 754	-	1 160	45 597
1901	19 245	18 069	1 978	63 449
1902	13 158	-	2 584	63 222
1903	12 675	8 500	3 920	71 302
1904	13 515	2 062	3 793	72 900
1905	14 813	6 800	4 807	79 043
1906	19 855	10 290	5 976	88 675
1907	13 649	5 650	7 087	92 265
1908	8 664	23 750	14 168	112 618
1909	26 585	4 300	9 617	114 704
1910	15 220	18 200	12 793	129 279
1911	14 017	9 900	14 138	133 203
1912	11 224	4 200	12 334	132 545
1913	- 1 715	19 620	14 997	145 252

(*) No final de cada ano.

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945.

Pág. 451.

TABELA 16

Brasil - Execução Orçamentária do Governo Federal - 1889-1913

(1000 contos de réis)

ANO	RECEITA ARRECADADA	DESPESA PAGA	SALDO	% DEFICIT RECEITA
1889	-	-	-25,3	-
1890	195,3	220,6	-25,3	13,0
1891	228,9	220,6	+ 8,3	-
1892	227,6	279,3	+51,7	-
1893	259,9	300,6	-40,7	15,7
1894	265,1	372,8	-107,7	40,6
1895	307,8	344,8	-37,0	12,0
1896	346,2	368,9	-22,7	6,6
1897	303,4	379,3	-75,9	25,0
1898	324,1	668,1	-344,0	106,2
1899	320,8	295,4	+25,4	-
1900	307,9	433,6	-125,7	40,8
1901	304,9	334,5	-29,6	9,7
1902	343,8	297,7	+46,1	-
1903	415,4	363,2	+52,2	-
1904	442,8	463,5	-20,7	4,7
1905	401,0	374,9	+26,1	-
1906	431,7	423,4	+ 8,3	-
1907	536,1	522,2	+13,9	-
1908	441,3	511,0	-69,7	15,8
1909	449,9	518,3	-68,4	15,2
1910	524,8	623,5	-98,7	18,8
1911	563,5	681,9	-118,4	21,0
1912	615,4	789,2	-173,8	28,2
1913	654,4	785,4	-131,0	20,0

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira entre 1889 - 1945. Pág. 109.

3.3- O Acordo de Taubaté e o Programa de Sustentação do Café

Na análise que Peláez fez do governo de Murtinho, ele identificou duas conseqüências consideradas nocivas ao desenvolvimento: a ortodoxia monetária, que não permitia o desenvolvimento de um sistema bancário de acordo com as necessidades da industrialização e o estímulo às classes produtoras de café para que viessem a realizar o tão conhecido Acordo de Taubaté, que significou o fim do mercado livre para esta mercadoria. Isto porque a intervenção, para ele, constituiu uma violação das regras de mercado, que trouxe sérias conseqüências para o Brasil, pois foi uma das causas do atraso histórico da indústria no País.

Antes, porém, da análise de Peláez e de suas contundentes críticas às correntes histórico-estruturalistas, convém repassarmos os principais fatos que ensejaram o Acordo.

A política monetária de Murtinho e de seu sucessor (Leopoldo de Bulhões) trouxeram para as classes produtoras o amargor da contração do crédito, simultaneamente à elevação dos impostos. Mas isto não era o pior. A política monetária de deflação fazia com que os produtores internos, seja para o mercado interno, seja para a exportação, vissem aviltados os seus rendimentos. Os primeiros — a indústria e a agricultura de alimentos — viam cair os mecanismos de proteção contra a concorrência externa e os segundos — sobretudo os cafeicultores — passavam a receber menos moeda nacional em troca das divisas obtidas com as vendas no exterior.

TABELA 17

Brasil - Desdobramento da Base Monetária por Órgãos Emissores

1905 - 1913

(1 000 contos)

ANO	TESOURO	CAIXA DE CONVERSÃO	TOTAL
1905	669	-	669
1906	665	37	702
1907	644	100	744
1908	635	89	724
1909	628	226	854
1910	621	304	925
1911	604	378	982
1912	598	406	1 004
1913	602	295	897

Fonte: NEUHAUS, Paulo. História Monetária do Brasil, 1900-1945.

Rio de Janeiro, IBMEC, 1975. Pág. 165

Além disso, o café vinha sofrendo seguidas quedas de preço (ver dados na Tabela 19), tanto internos quanto externos. A partir de 1896, a produção aumentou mais rapidamente que o consumo e acumularam-se volumosos estoques. A floração da safra de 1906/07 foi excepcional e prometia uma das produções mais abundantes da história do país. Partindo da constatação de que o Brasil respondia por pelo menos 75% da produção mundial e que, portanto, seria possível assim controlar a oferta mundial mediante a manipulação dos estoques, os presidentes dos estados produtores de maior evidência, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por pressão dos fazendeiros reuniram-se em 26 de fevereiro de 1906 em Taubaté,

com o objetivo de encontrar soluções para os problemas do setor (falava-se na situação de falência iminente do setor cafeeiro). Os pontos mais importantes do Acordo foram: (88)

- a) manutenção do preço do café entre 55 e 65 francos a saca;
- b) redução das exportações de tipos inferiores de café;
- c) organização de uma campanha de publicidade no exterior visando elevar o consumo de café;
- d) imposição de uma taxa proibitiva nas novas plantações de café;
- e) negociação de um empréstimo de £ 15 milhões para custear a administração do acordo;
- f) estabelecimento de um fundo (Caixa de Conversão) para estabilizar o câmbio.

O Acordo, portanto, pode ser dividido em duas partes: 1) o que procurava interferir a nível do mercado para a elevação dos preços; e 2) uma que procurava intervir na política monetária para evitar a valorização cambial, pois esta poderia por a perder os es

(88) Conforme o relato de Peláez em: Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café - 1906-1945: Teoria Política e Medição. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro 25(4):5/211, out/dez, 1971, Pág. 52 e seguintes.

TABELA 18

Crescimento das Indústrias Têxteis de Algodão do Brasil - 1905/1915

ANO - ÁREA	FÁBRICAS		FUSOS		TEARES		TRABALHADORES	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
1905								
Brasil	110	100	734.928	100	26.420	100	39.159	100
Distrito Federal	10		209.200		7.360		8.216	
Estado do Rio	11		115.560		3.776		6.024	
Estado de S. Paulo	18		110.996		3.907		6.269	
Estado de Minas	30		45.382		2.295		3.098	
	69	63	481.138	65	17.338	66	23.607	60
1915								
Brasil	240	100	1.512.626	100	51.134	100	82.257	100
Distrito Federal	23		338.326		11.562		16.045	
Estado do Rio	23		176.610		5.405		8.280	
Estado de S. Paulo	51		378.138		12.743		18.338	
Estado de Minas	53		131.486		4.321		9.028	
	150	63	1.024.560	68	34.031	67	51.691	63

Fonte: STEIN, Stanley I. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

Pág. 111.

forços para a elevação dos preços.

O que ocorreu, na verdade foi um ato de afirmação de uma

classe que se sentia suficientemente forte para dizer não às imposições do imperialismo e fazer valer seus interesses de classe. Esta é seguramente a conclusão política mais importante a ser tirada do episódio.

TABELA 19

Fatores do Mercado Cafeeiro - 1905-1913

ANO	PRODUÇÃO (*)			CONSUMO APARENTE MUNDIAL (MILHÕES DE SACAS 60KG)	PREÇOS		RELAÇÕES DE TROCA (1901 = 100)
	MILHÕES DE SACAS DE 60KG				EUA PREÇO DE IMPORTAÇÃO (CENTAVOS POR LI- BRA)	BRASIL PREÇO DE EXPORTAÇÃO (MIL RÉIS POR LIBRA)	
	MUNDIAL	BRASIL	OUTROS				
1905	14,8	10,8	3,9	15,5	8,6	30,0	81,0
1906	15,1	11,0	4,1	16,3	7,9	29,9	76,0
1907	23,6	19,9	3,7	17,1	7,6	28,9	68,1
1908	14,9	10,9	4,0	17,1	7,5	29,1	63,5
1909	17,5	13,4	4,1	18,2	7,9	31,6	86,3
1910	18,9	14,9	3,9	18,2	10,3	39,6	103,3
1911	17,8	14,1	3,7	-	13,3	53,9	105,2
1912	18,3	13,9	4,3	-	13,8	57,8	106,8
1913	17,5	13,2	4,2	-	11,1	46,1	82,5

Fonte: PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café - 1906-1945: Teoria, Política e Medição. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, FGV, Out/Dez. 1971.

(*) Os dados da Produção referem-se ao período de safra

(Ex.: 1905 = safra 1904/1905)

Um duplo objetivo seria alcançado pelo Acordo: de um lado, a exportação de excedente via preço foi reduzida, o que deu condições reais de aumentar a disponibilidade de capital financeiro para aplicação em setores industriais e, do outro, através dos mecanismos da Caixa de Conversões, retiraram-se as peias para o crescimento da oferta de moeda e crédito da economia. Os dados da tabela 17 são ilustrativos dessa afirmação.

A consequência desses fatos foi imediata. A economia criou novo fôlego e passou a crescer as taxas elevadas (ver tabelas 18 a 21). Entre 1906 e 1913, a indústria se expandiu 77,5%, enquanto que o produto total 43,4%. Este crescimento foi decisivo para a arrancada rumo à industrialização.

Do ponto de vista da política monetária, a instituição da Caixa de Conversão era na verdade a adoção do padrão-ouro, conforme o relato que segue:

"A taxa cambial brasileira foi estabilizada, entre 1906 e 1914, através de uma política que seguia atentamente as chamadas regras do padrão-ouro, sendo supervisionada pela Caixa de Conversão."

Mais adiante:

"O veemente debate sobre os méritos da Caixa de Conversão tornou-se essencialmente uma disputa entre os setores que pugnavam pela deflação e pela revalorização cam

bial para restaurar a paridade cambial de 1846, e seto
res que propunham a expansão monetária e a estabilidade
cambial a uma taxa nova e mais realista." (89)

TABELA 20

Brasil - Indicadores da Formação de Capital na Indústria, 1901-1913

ANO	CONSUMO APARENTE DE CIMENTO (1000 t)	CONSUMO APARENTE DE LAMINADOS DE AÇO (1000 t)	ÍNDICE DE QUANTUN DAS IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL PARA A INDÚSTRIA (1939 = 100)
1901	37,3	34,9	56,8
1902	58,8	61,3	31,7
1903	63,8	61,0	38,0
1904	94,0	66,5	41,3
1905	129,6	73,6	62,3
1906	180,3	91,8	66,1
1907	179,3	147,6	93,0
1908	197,9	127,1	96,4
1909	201,8	108,4	102,9
1910	264,2	150,3	118,7
1911	268,7	171,0	153,6
1912	367,0	215,9	205,3
1913	465,3	251,2	152,6

Fonte: VILLELA, Anníbal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do
Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945.

Pág. 437.

(89) NEUHAUS, Paulo. História Monetária do Brasil, 1900-45. Págs. 27 e 28.

TABELA 21

Brasil - Índices Setoriais de Produto - 1900/1913

(1939=100)

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	COMÉRCIO	GOVERNO	PRODUTO TOTAL
1900	27,7	11,0	-	15,5	-	17,9
1901	32,1	11,3	-	16,7	-	20,0
1902	35,1	11,7	-	17,4	-	21,4
1903	34,8	12,0	-	17,7	-	21,5
1904	34,4	12,6	-	18,1	-	21,6
1905	34,8	12,9	-	19,0	-	22,1
1906	36,2	13,6	-	19,9	-	23,1
1907	42,1	14,8	-	22,2	-	26,3
1908	36,5	14,8	13,5	20,7	26,4	23,7
1909	38,5	18,0	14,0	24,1	27,8	26,2
1910	40,3	18,8	16,7	25,9	31,1	28,1
1911	37,3	20,5	18,3	27,0	32,0	28,2
1912	41,4	22,7	20,8	30,2	34,2	31,2
1913	40,5	22,9	22,2	30,1	38,7	31,7

Fonte: HADDAD, Cláudio. Crescimento do Produto Real Brasileiro - 1900-1947. In VERSIANI, Flávio Rabelo e BARROS, José Roberto Mendonça de. Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Saraiva, 1977. Pág. 147.

Viveu-se no período a esdrúxula situação de que a adoção do padrão-ouro se constituía numa revolução em matéria de finanças públicas do país, face à irracionalidade que a deflação estava re

vestida.

Numa visão geral da história da economia brasileira de 1889 a 1913, sob o prisma do capital financeiro, vai mostrar um conjunto de batalhas entre os atores sociais para a adequação de uma estrutura de financiamento compatível com a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas. Entretanto, a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como produtor de matérias primas e de produtos tropicais para o mercado mundial, bem como os mecanismos de inserção, vale dizer, a intermediação comercial e financeira, faziam com que uma ponderável fatia do excedente fosse apropriada pelo imperialismo, reduzindo a disponibilidade de capital para emprego tanto no setor exportador, quanto nos novos setores a desenvolver. A parte da mais-valia aqui extraída que retornava sob a forma de investimentos diretos e capital de empréstimos tinha por objetivo tão somente fortalecer os laços que ligavam a economia nacional ao mercado mundial, nunca o emprego em setores que permitisse a integração do desenvolvimento das forças produtivas. Não é por mero acaso que os capitais de risco e de empréstimos que vinham para o país se destinavam preferencialmente para o financiamento da estrutura cafeeira (ferrovias, portos, urbanização das cidades da região), bancos comerciais e comércio exportador, bem de acordo com o padrão de acumulação vigente para o capitalismo internacional da época.

Este tipo de acumulação levava o Estado a ser controlado pelos segmentos sociais cúmplices do interesse do imperialismo, sendo que nessa fase de transição observa-se momentos em que as for

ças do capitalismo emergente interno conseguia pô-lo a ser serviço, realizando reformas que estão inteiramente em contradição com os interesses estabelecidos. Daí a efervescência política que marcou o período.

É apenas neste sentido que podemos compreender a atuação do Estado. Reformas financeiras e estrutura de financiamento que permitisse uma ampliação das trocas, vale dizer, uma disseminação das relações capitalistas, eram ansiadas pelas classes produtoras dominadas pelos interesses alienígenas. Em oposição, todo o movimento que procurava comprimir a questão financeira dentro dos parâmetros da ortodoxia — tão bem simbolizado pelo objetivo mitológico de alcançar a paridade de 27 dinheiros esterlinos por mil-réis — era fazer valer os interesses superiores do capitalismo internacional, condenando à hibernação o potencial de desenvolvimento do capitalismo cujas condições já estavam postas à nível interno.

Só assim podemos compreender as corajosas mudanças de Rui Barbosa e o lamentável retrocesso de Murtinho. Mais ainda. Só assim podemos ter em mente a gravidade, a importância histórica de que se reveste o acordo de Taubaté. Não apenas pela sua enorme contribuição à causa do desenvolvimento ao minimizar a extração do relevante montante de mais valia que o Imperialismo impunha ao Brasil qual tributo insuportável. Mas sobretudo porque o Acordo, ao anular a política estulta e aberrante de deflação via redução da disponibilidade monetária, criou condições de prover a economia de melhor liquidez, mecanismo fundamental para a transferência de capital dos setores tradicionais para a indústria nascente.

É por não compreender estes aspectos que Peláez constrói a sua teoria sobre o setor cafeeiro, inteiramente sem sentido histórico, carente de substância se sairmos do prisma estreito de seu liberalismo exacerbado. É por pretender negar as contribuições teóricas dos economistas histórico-estruturalistas, mesmo em sacrifício da verdade dos fatos, que ele lamentavelmente tenta enlamear o nome de eminentes figuras como Celso Furtado.

Não que a contribuição original dos primeiros teóricos não estivesse a merecer reparos. Estava. Mas os reparos foram e estão sendo feitos desde meados dos anos sessenta e foram completamente ignorados por Peláez. Mas se há limitações explicativas das teses originais do CEPAL, não se pode negar o seu pioneirismo em busca de caminhos alternativos aos povos subjulgados pelo imperialismo. Não esquecendo que os intelectuais ligados à corrente de pensamento à qual Peláez se filia não contribuíram rigorosamente com nada até o seu próprio surgimento, sempre defendendo idéias absolutamente fora de lugar. Quem não se lembra do memorável debate Gudin x Simonsen dos anos quarenta, quando seus ascendentes intelectuais liderados por Gudin se opunham obstinadamente aos mecanismos de planejamento do Estado moderno, técnica de há muito praticada nos países centrais?

É hilariante ler em Peláez a sua furibunda e acerba crítica à ortodoxia de Murtinho, ele que é adepto da ortodoxia monetarista que tem origem nas idéias de Milton Fridman, de triste memória para a história recente de países como Argentina e Chile. É o mesmo que olhar-se no espelho e não reconhecer a si próprio.

É a antítese de Narciso.

Peláez inicia o seu trabalho sobre o café com uma conhecida passagem de Mário Henrique Simonsen:

"Compreende-se que haja quem diga que os estruturalistas nada mais fazem do que construir teorias obscuras para justificar os desmandos dos governos de sua simpatia... Os remédios estruturalistas recomendados para o Brasil são de inspiração nitidamente keynesiana. Mas a transposição é de uma heterodoxia que talvez horripilasse o autor da Teoria Geral." (90)

E conclui o autor, no último parágrafo de seu trabalho:

"A história e o pensamento econômico estruturalista são postulados na base de fenômenos econômicos de medição precária, geralmente sem apoio na teoria. É impossível afirmar que o estruturalismo represente o curso real dos acontecimentos. Pelo contrário, como afirma o Professor Mário Henrique Simonsen, é compreensível que muitos economistas profissionais opinem que os estruturalistas nada mais façam que construir idéias confusas para justificar a má administração de seus governos favoritos. O estruturalismo — na história, na análise e na política eco

(90) PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café, 1906-1945: Teoria, Política e Medição. Pág. 5

nômicas — não se situa no curso dos acontecimentos, e sim no centro de dogmas, sofismas e idiosincrasias." (91)

É surpreendente que essas afirmações — cuja tradução para uma adjetivação vulgarizada é: os estruturalistas são uns embusteiros e charlatães — não tenham sido objeto de uma resposta, mesmo à nível de uma saudável polêmica, nem por parte dos envolvidos diretamente, nem por parte de seus discípulos, pelo menos que eu saiba. (92)

"Para aqueles que preferem as políticas disfarçadas", afirmou Peláez, "juízos de valor e o empirismo causal à pesquisa científica, a obra de Furtado constitui notável exposição." (93)

Peláez sistematiza a sua crítica em cima de duas das principais teses da CEPAL: a concepção do sistema centro-periferia (deterioração dos termos de intercâmbio) e do papel da crise de 29 e das Guerras Mundiais (Teoria dos choques adversos).

(91) PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café, 1906-1945: Teoria, Política e Medição. Pág. 203.

(92) A única exceção que conheço é o trabalho de Eliana A. Cardoso (Celso Furtado Revisitado: A Década dos 30. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Jul/Set. 1979), no qual ela prova, através da construção de um modelo matemático, que a expansão industrial do Brasil nos anos 30 se deveu à política de sustentação do preço do café, contrariando as teses de Peláez.

(93) PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café, 1906-1945: Teoria, Política e Medição. Pág. 203.

Não é objetivo meu neste trabalho analisar as teses da CEPAL, seja para defendê-las, seja para criticá-las. Já deve ter ficado claro que a minha visão particular é de crítica, mesmo porque considero a revisão feita pelas esquerdas correta, o que significa aceitar a superação histórica de um possível modo de produção subdesenvolvido. "A teoria do subdesenvolvimento foi (...) a ideologia própria do chamado período populista", escreveu Chico de Oliveira. ⁽⁹⁴⁾ Mas estou inteiramente em desacordo com a forma e com o objetivo de Peláez: ele quer destruir a teoria estruturalista a qualquer preço e por isso apela para generalizações grosseiras que revelam o inegável caráter teleológico de seu trabalho. Entendo que não é possível negar o fato histórico de que a CEPAL trouxe um imenso aporte de conhecimento e que, se há falhas, estas não podem nunca ser atribuídas à desonestidade intelectual de seus autores, mas às limitações históricas subjacentes à produção intelectual. ⁽⁹⁵⁾

O ponto principal do trabalho de Peláez é a afirmação de que a política cafeeira, ao contrário do que afirmou Celso Furtado, contribuiu decisivamente para o atraso do desenvolvimento industrial do Brasil, pois "a manutenção de um preço mínimo para o café por um período de 30 anos distorceu as lucratividades relativas na

(94) OLIVEIRA, Francisco. Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, Petrópolis, Vozes, 1981. Pág. 13

(95) Um resumo das principais contribuições teóricas da CEPAL encontra-se na seguinte obra:
RODRÍGUEZ, Octávio. Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.

economia brasileira, destruiu a vantagem comparativa do Brasil na produção do café e, com isso, impediu a utilização ótima dos recursos e a diversificação da economia com a industrialização e a evolução dos serviços." (96) Ou seja, o atraso histórico do Brasil se prendia a problemas de ordem alocativa e que a mera opção do Estado, ente possivelmente fora da sociedade, pautada por erros técnicos de política econômica, seria a responsável por tudo.

É claro que também a visão de Furtado é incompleta. Não foi a manutenção da renda (97) que garantiu um processo de desenvolvimento.

O erro de ambos está em não considerar a questão do excedente. Peláez errou mais ainda por não perceber que ou se retinha o excedente no setor exportador ou não haveria nenhum excedente para a aplicação. A imposição da elevação do preço do café significou redistribuição do excedente em favor do Brasil e não há dúvida que esta é uma condição necessária ao desenvolvimento, embora não suficiente. É verdade que a expansão cafeeira (área plantada) trouxe uma irracional pletora de café, mas a irracionalidade aí não pode ser atribuída às "políticas", mas à própria lógica em que se move o capital.

A condição que faltava estava na questão financeira, no

(96) PELÁEZ, Carlos Manuel. As Conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889-1945. Pág. 8.

(97) FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Págs. 188 a 194.

esquema de financiamento. É de espantar que Peláez não tenha atentado para a importância histórica da Caixa de Conversão, ele que é autor de uma História Monetária do Brasil. Ele se engana profundamente ao afirmar:

"Do ponto de vista do sucesso das metas da valorização, o fundo de estabilização (Caixa de Conversão) não era indispensável. E, do ponto de vista ainda mais importante da eficiência e distribuição de rendas na economia e sociedade brasileiras, o fundo es estabilização poderia causar mais distorções na distribuição de recursos, e uma distribuição de rendas não equitativa em favor do setor cafeeiro." (98)

Justo Peláez, autor das acerbos críticas à ortodoxia de Murtinho. Os dados da Tabela 17 são muito claros para haver dúvidas: em 1912, ano de pico de atuação da Caixa de Conversão, ela foi responsável por 40% do meio circulante, crescendo suas emissões 7% em relação ao ano anterior, enquanto que a moeda oficial sofreu queda de 1%.

Está claro que a não compreensão do papel da Caixa de Conversão por Peláez está na raiz teórica que adotou. O mesmo pode se dizer em relação a grande contradição que o conjunto de suas obras encerra: ao mesmo tempo que reconhece para o período, a necessidade de aumento da oferta de moeda e crédito numa economia

(98) PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café, 1906-1945: Teoria, Política e Medição. Pág. 59.

que crescentemente se monetizava, recua ele de seu diagnóstico ao afirmar que a expansão monetária de Rui Barbosa causou inflação e que a Caixa de Conversão, que respeitava cuidadosamente as regras do padrão-ouro, trazia problemas alocativos, embora soubesse que as notas da Caixa de Conversão circulasse como moeda por toda a economia.

IV - CONCLUSÕES

Este trabalho procurou analisar a literatura sobre o papel do capital financeiro na emergência do modo capitalista de produção no Brasil. Pode-se afirmar:

1- O modo de produção capitalista emergiu a partir de 1888, com a libertação formal dos escravos, após a longa crise do modo de produção escravista, criando-se o mercado de trabalho "livre".

2- Da libertação dos escravos até a primeira Grande Guerra verificou-se o nascimento da indústria, como consequência do desenvolvimento do novo modo de produção.

3- O determinante para a não consolidação de um desenvolvimento capitalista auto-sustentado, vale dizer, a consolidação de suas bases técnicas, pode ser atribuído à ambígua relação que a economia nacional mantinha com o capitalismo internacional. De um lado, a economia mercantil, que foi o ponto de partida para o surgimento do modo de produção capitalista, tem a sua gênese na expansão do capitalismo mundial; de outro, a divisão internacional do trabalho impunha uma especialização que não possibilitava a consolidação do capitalismo.

4- Na relação com o capitalismo internacional, dois pontos básicos de contato podem ser considerados como determinantes para o atraso relativo: a) a apropriação do excedente por parte

do capitalismo internacional, que não permitia o reinvestimento de grande parte da mais valia produzida internamente. Esta apropriação era feita através da intermediação comercial e financeira dos produtos de exportação (sobretudo o café). Com isso, não era possível transferir na magnitude requerida capitais das atividades tradicionais para as atividades industriais. Além disso, quando retornava parte da mais valia sob a forma de empréstimos ou de investimento direto era para o fortalecimento da especialização desvantajosa, que impunha o atraso, como era o caso dos investimentos em ferrovias, portos e infra-estrutura urbana das principais regiões exportadoras; b) A estrutura financeira que era imposta ao Estado brasileiro pela metrópole imperialista dominante, Londres. A ortodoxia monetária não levava em conta as necessidades internas de uma economia que crescentemente se monetizava com a generalização das trocas mercantis. Sequer propunham ao Brasil o padrão-ouro à taxa corrente de câmbio; propunham uma política financeira de deflação em busca de uma taxa cambial inatingível, que condenava à atrofia os mecanismos de intermediação financeira (bancos e bolsas de valores), dificultando as transferências de capitais do setor exportador tradicional para as novas indústrias nascentes.

5- O papel de Rui Barbosa e Joaquim Murinho neste contexto histórico só pode ser compreendido pelo confronto destes dois pólos antagônicos: a burguesia querendo e necessitando colocar o Estado a serviço de suas necessidades, o que significava reformá-lo no sentido que Barbosa pretendeu e as classes conservadoras, representantes dos interesses imperialistas. Murinho foi a

a resposta radical que os conservadores impuseram aos anseios reformistas. A crise bancária de 1900 foi o seu castigo. O retrocesso econômico foi a sua consequência.

6- Contudo, os prejuízos impostos à economia foram tão grandes e a condução da política financeira do Estado tão irracional sob o prisma até mesmo do setor exportador, que possibilitou a mobilização da burguesia, agora liderada pelo segmento cafeeiro. Esta mobilização fez surgir o Acordo de Taubaté.

7- É conhecido o papel que o Acordo teve na recuperação dos preços internacionais do café. No fundo, o Acordo, por este ângulo, reduziu a exportação do excedente aqui produzido, removendo um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas. Mas o Acordo tinha um lado que é menos conhecido e, pode-se afirmar, é por isso mesmo pouco estudado e menos ainda compreendido. O Acordo, à revelia da política do Estado brasileiro e de seus compromissos com os credores internacionais, impôs o padrão-ouro à taxa de câmbio corrente, impedindo a deflação que até então vigorava. O mecanismo foi a famosa Caixa de Conversão. Foi um ato de voluntarismo de uma classe vis-à-vis aos interesses imperialistas. Com ele, a economia ganhou a liquidez de que necessitava, verificando-se, no período em que a Caixa existiu, rápido crescimento industrial. A Grande Guerra, porém, fê-la sucumbir e novas formas de luta foram desenvolvidas até a consolidação definitiva do capitalismo, mas isso foge aos propósitos desta monografia.

BIBLIOGRAFIA

- BARRIONUEVO Fº, Arthur. Propriedade Acionária e Controle Administrativo no Caso Brasileiro: Estudo Preliminar. (Dissertação de Mestrado em andamento, EAESP/FGV, Área de Concentração: Economia de Empresas).
- BRUNHOFF, Suzanne. A Moeda em Marx. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____. A Política Monetária - Um Ensaio de Interpretação Marxista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- CALÓGERAS, João Pandiá. A Política Monetária do Brasil, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960.
- CAMERON, Rondon E. Banking in the earls stages of industrialization. New York, Oxford University Press, 1967.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.
- CARDOSO, Eliana A. Celso Furtado revisitado: a década de 30. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 33(3):373/397. Jul/Set. 1979.
- FISHLOW, Albert. Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil. In: VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, Jo

sé Roberto Mendonça de. (org.) Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Saraiva, 1977.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, Kairós, 1983.

FRIDMAN, Milton & SCHWARTZ, Anna Jacobson. A Monetary History of the United States, 1867-1960. Princeton University Press, 1967.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

GERSCHENKRON, Alexander. Economic backwardness in historical perspective. Cambridge, Mass, 1962.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1985. 4ª Ed. (Revista e ampliada).

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

HADDAD, Cláudio. Crescimento do produto real brasileiro, 1900-1947. In: VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto Mendonça de. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Saraiva, 1977.

HILFERDING, Rudolf. O Capital Financeiro, São Paulo, Abril, 1985.

LAPA, José Roberto do Amaral (org.) Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.

LÊNIN. Oeuvres Choisies. Moscou. 1948.

LEVY, Maria Bárbara. História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.

_____. História dos bancos comerciais no Brasil. Rio de Janeiro, IBMEC, 1972 (mimeografado).

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Evolução dos Preços e do Padrão de Vida do Rio de Janeiro, 1920-1930 - resultados preliminares. Revista Brasileira de Economia. 25(4):235/265, Out/Dez 1971.

_____. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978. (2 volumes).

LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975

MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira, São Paulo, Polivozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra, São Paulo, LECH, 1981.

MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de O Capital. São Paulo, Moraes, 1985.

_____. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

_____. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo, Abril 1983 (5 volumes).

_____. Teorias da mais valia. São Paulo, Difel, 1980 (3 volumes).

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.

NEUHAUS, Paulo. História Monetária do Brasil, 1900-1945. Rio de Janeiro, IBMEC, 1975.

NOVAES, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1977-1808. São Paulo, Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (O Brasil Republicano). São Paulo, Saraiva, 1985.

_____. Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis, Vozes, 1981.

PELÁEZ, Carlos Manuel. Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café, 1906-1945: Teoria Política e Medição. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 25(4):5/211. Out/Dez 1971.

_____. Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil, 1889-1945. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 25(3):5/82, Jul/Set 1971.

_____. História Econômica do Brasil: um elo entre a teoria e a realidade econômica. São Paulo, Atlas, 1979.

_____. História da Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, Apec, 1972.

PELÁEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil. Brasília, Universidade de Brasília, 1981.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil - 1930-1967. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

_____. Pactos Políticos - do Populismo à Redemocratização. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RODRIGUEZ, Octávio. Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. As Ferrovias de São Paulo, 1870-1940. São Paulo, Hucitec, 1981.

SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (O Brasil Republicano). São Paulo, Difel, 1985.

STEIN, Stanley I. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. Política Cambial Brasileira, 1889-1946. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 25(3):93/111. Jul/Set. 1971.

VILLELA, Anníbal Villanova & SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA, 1973.